



Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências da Arte
Faculdade de Artes Visuais
Curso de Museologia

Afonso Maria de Ligório Souza

O cemitério da Soledade e o consumo do patrimônio cultural.

Belém

2014

Afonso Maria de Ligório Souza

O cemitério da Soledade e o consumo do patrimônio cultural.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do grau de Bacharel em Museologia, Faculdade de
Artes Visuais, Universidade Federal do Pará.

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Orientador: Prof.^a Mestre Marcela Guedes Cabral

Co-orientador: Prof.^a Dr.^a Rosangela Marques Brito

Belém

2014

Afonso Maria de Ligório Souza

O cemitério da Soledade e o consumo do patrimônio cultural.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará.

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Orientador: Prof.^a Mestre Marcela Guedes Cabral

Co-orientador: Prof.^a Dr.^a Rosângela Marques Brito

Data da Aprovação: 06 de janeiro de 2015

Banca Examinadora:

Profa. Marcela Guedes Cabral

Mestre

Curso de Museologia – UFPA – FAV – ICA

Profa. Dr. Rosângela Marques Britto

Doutora

Curso de Artes Visuais – UFPA – FAV - ICA

Mariana Sampaio

Doutora

Fórum Landi

Aos meus pais como um presente sonhado
Aos meus filhos e minha companheira, como incentivo.

AGRADECIMENTOS

Sou extremamente grato a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, mesmo aquelas que não sabiam e as que eu não sei que ajudavam. Particularmente, sou grato aos meus colegas da instituição em que trabalho por suprirem minhas muitas ausências; sou grato a todos os mestres que me proporcionaram a oportunidade de ampliar e ter acesso a conhecimentos e espero corresponder-lhes o esforço neste momento meu; sou grato a minha companheira pela paciência com que administrou minhas ausências ainda que eu estivesse em casa; por fim agradeço ao Ser que cresci respeitando como Deus, pois devo ser um de seus filhos mais queridos, ainda que eu não mereça tantas graças.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1- METODOLOGIA.....	17
2- A MUSEOLOGIA PARA ALEM DO ESPAÇO FISICO DOMUSEU.....	19
3- OS ENTERRAMENTOS COMO UM EVENTO A CELEBRAR.....	28
4- O CEMITÉRIO DA SOLEDADE NO CONTEXTO DA CIDADE DE BELÉM.....	41
4.1 O CEMITÉRIO.....	45
4.2 O PATRIMONIO TOMBADO.....	51
5 - OS USOS E FORMAS DE CONSUMO DO SOLEDADE.....	61
5.1 – PERCEBENDO AS RELAÇÕES DE USO E APREENSÃO.....	64
5.1.1– Usos vocacionais.....	74
5.1.2 – Usos intermediários.....	74
5.1.3 – Usos indevidos.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS.....	79

LISTADE FIGURAS

FIGURA 1: Inscrição tumular, acervo da pesquisa_____	12
FIGURA 2: Inscrição tumular, acervo da pesquisa_____	12
FIGURA 3: Inscrição tumular, acervo da pesquisa_____	12
FIGURA 4: Interior do Soledade, acervo da pesquisa_____	.36
FIGURA 5: Cemitério Santa Izabel, frente, acervo da pesquisa_____	37
FIGURA 6: Cemitério Santa Izabel, fundos, acervo da pesquisa_____	37
FIGURA 7: Cemitério São Jorge, frente, acervo da pesquisa_____	38
FIGURA 8: Cemitério são Jorge, fundos, acervo da pesquisa_____	38
FIGURA 9: Cemitério Recanto da Saudade, acervo da pesquisa_____	40
FIGURA 10: Detalhe arte tumular, acervo da pesquisa_____	46
FIGURA 11: Detalhe monumento, acervo da pesquisa_____	.47
FIGURA 12: Detalhe monumento, acervo da pesquisa_____	.47
FIGURA 13: Detalhe monumento, acervo da pesquisa_____	47
FIGURA 14: Túmulos simples, acervo da pesquisa_____	47
FIGURA 15: Túmulos simples, acervo da pesquisa_____	48
FIGURA 16: Arte tumular, acervo da pesquisa_____	49
FIGURA 17: Arte tumular, acervo da pesquisa_____	49
FIGURA 18: Arte tumular, acervo da pesquisa_____	49
FIGURA 19: Arte tumular, acervo da pesquisa_____	49
FIGURA 20: Capturada no sitio do Google eart, acervo da pesquisa_____	49
FIGURA 21: Gráfico questão 01, acervo da pesquisa_____	54

FIGURA 22: Gráfico questão 02, acervo da pesquisa_____	55
FIGURA 23: Gráfico relacional questão 01 e 02 , acervo da pesquisa_____	56
FIGURA 24: Gráfico questão 05, acervo da pesquisa_____	58
FIGURA 25: Gráfico questão 07, acervo da pesquisa_____	58
FIGURA 26: Gráfico questão10, acervo da pesquisa_____	59
FIGURA 27: Gráfico observação, acervo da pesquisa_____	65
FIGURA 28: Gráfico observação, acervo da pesquisa_____	66
FIGURA 29: Gráfico observação, acervo da pesquisa_____	66
FIGURA 30: Devoção, acervo da pesquisa_____	71
FIGURA 31: Devoção, acervo da pesquisa_____	71
FIGURA 32: Devoção, acervo da pesquisa_____	71
FIGURA 33: Devoção e dano, acervo da pesquisa_____	72
FIGURA 34: Devoção e dano, acervo da pesquisa_____	72
FIGURA 35: Devoção e dano, acervo da pesquisa_____	72
FIGURA 36: Devoção e dano, acervo da pesquisa_____	73
FIGURA 37: Devoção e dano, acervo da pesquisa_____	73
FIGURA 38: Devoção e dano, acervo da pesquisa_____	73
FIGURA 39: Devoção e dano, acervo da pesquisa_____	73
FIGURA 40: Devoção e dano, acervo da pesquisa_____	73

Resumo:

Esta pesquisa se dedicou em desenvolver um trabalho no e sobre o Cemitério da Soledade, que teve por objetivo levantar dados junto à sociedade belenense, cujas interpretações permitam a indicação de elementos substanciados que possam contribuir na composição de propostas às políticas de uso do espaço cemiterial, entendido como patrimônio cultural institucionalizado, além de identificar e compreender quais as relações estabelecidas entre os públicos que usufruem do espaço cemiterial. Neste sentido, se buscou identificar a lógica que se processa no reconhecimento de um bem cultural institucionalizado e seu potencial de consumo, enquanto representação simbólica, no sentido de atrair público; gerar recursos; e suas relações com o indivíduo consumidor de uma cultura caracterizada por símbolos que possam ser acionados como elementos de memória e identidade. Para tanto foram efetivadas, como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa: a observação exploratória; a aplicação de um questionário nos modos presenciais e via web; consulta em documentos no arquivo do IPHAN; estudo bibliográfico em obras de diferentes áreas do conhecimento com ênfase na teoria museológica, no patrimônio cultural e nos conceitos sobre consumo.

Palavras Chave: Cemitério; Consumo; Uso; Cultura; Memória; Imaginário social

Abstract:

This research is devoted to developing a work in and on the Graveyard of Solitude, which aimed to collect data with the belenense society, whose interpretations of substantiated order to show elements that may contribute to the composition of proposals to the graveyard land-use policies, understood as institutionalized cultural heritage, and identify and understand what the relations between the public who use the graveyard space. In this sense, we sought to identify the logic that takes place in the recognition of an institutionalized cultural property and its potential consumption, while symbolic representation, in order to attract public; generate resources; and its relationship with the individual consumer of a culture characterized by symbols that pose be triggered as memory and identity elements. Therefore, we implemented, as a methodology for the development of research: exploratory observation; the application of a questionnaire in on-mode and via the web; consultation documents in IPHAN file; bibliographical study in works from different areas of knowledge with emphasis on museological theory, the cultural heritage and the concepts of consumption.

Keywords: Cemetery; Consumption; Use ; Culture; Memory; Social imaginary

INTRODUÇÃO

Quero iniciar esta experiência destacando aquilo que tenho como um resumo, daquilo que me inunda e me impulsiona em direção ao Soledade, aquilo que não sei explicar sem recorrer ao uso da subjetividade, presente no campo do afeto, latente naquele espaço e que é tão generosamente permitida no campo das Ciências Sociais e Humanas, embora carregue consigo certa desconfiança quando sob a avaliação de uma cientificidade mais dogmática. Portanto se escrevo Soledade com inicial maiúscula não é simplesmente pela exigência de uma regra gramatical ou poesia, mas por respeito.

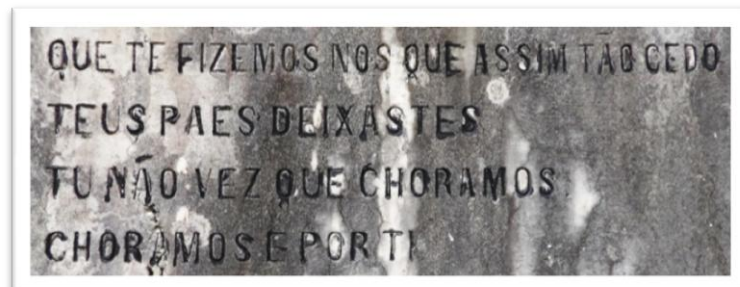
Conheci o Soledade pela janela dos ônibus que circulam em seu entorno e que trafegam tanto pela Conselheiro Furtado, em direção ao centro comercial, quanto pela Gentil Bitencurt saindo do centro comercial e do centro da cidade. Das janelas dos ônibus, quando podia, observava aquele espaço e suas “catatumbas”, como aprendi nominá-las, sempre me perguntando por que eram tão diferentes das “catatumbas” do cemitério, hoje chamado São José de Arimatéia no município de Marituba, área metropolitana de Belém, que compunha a paisagem e o caminho que me levava de volta para casa e que, na minha infância, era só “o cemitério” não possuía um nome. A lembrança e a comparação residiam por pouco tempo em minha memória juvenil até ser reativada por uma nova passagem ao lado do Soledade. Quis o acaso que após tantos anos estas inquietações se configurassem em um objeto de estudo e tão mais amado com a descoberta de suas instigantes complexidades em meio a sua tão dura realidade. Em 2011, por ocasião de uma visita guiada sob a orientação da professora Ida Hamoy pela disciplina História da Arte, sendo a minha primeira visita como estudante ao Soledade, aquela pergunta inicial sofreu uma pequena alteração e eu agora indagava: Qual o significado de tudo aqui? Novamente o acaso me coloca diante das seguintes respostas:

(Figura 1: Inscrição tumular)¹

Fonte: Acervo da pesquisa

(Figura 2: Inscrição tumular)²

Fonte: Acervo da pesquisa

(Figura 3: Inscrição tumular)³

Fonte: Acervo da pesquisa

O que são estas inscrições tumulares senão uma profunda imersão em sentimentos díspares. Amor; dor; revolta; esperança. O homem, diante da morte do corpo e das incertezas quanto ao que existe e se existe um pós morte, desenvolveu a cultura de marcar um lugar, eleito como a representação da memória de seus

¹ “Voou ave do ceo seu voo eterno/Para o espaço de Deus se retirou/Pairando as azas em gorjeio edênico/A terra que lhe ouvira arrebatou.”

² “Dorme tuas noutes, perturbar não queremos/Deixa que espalhe apenas sobre a louza/Estas flores minhadas que bem mostram nossa dor e saudade.”

³ “Que te fizemos nos/Que assim tão cedo teus paes deixastes/Tu não vez que choramos/Choramos e por ti.” As inscrições estão no tumulo erguido em memória de Raimundo Nonato Pereira Dias que segundo a obra “O tempo e a pedra” de Paula Calluf, está localizado no quadrante “A”, número 53. tempo e a pedra” de autoria da pesquisadora Paula Andréa Calluf Rodrigues.

entes queridos. Neste lugar, em diferentes culturas e tempos, o homem chora, santifica, homenageia, convive, perpetua, consagra e cultua a memória de seus pares na esperança de que assim o seja com ele próprio.

Eu cresci acostumado com cruzeiros de madeira onde, às vezes, se lia o nome do morto, um montinho de terra, papoulas, cravos de defunto, roseiras e mato. Eu também não sabia que, faz muitos anos, podia entrar no Soledade e, de repente, me vejo diante de catacumbas ricas, tanto em ornamentação quanto em significados. Aos poucos fui levado a perceber que a rusticidade singela e tênue dos túmulos, daquela primeira experiência com o espaço cemiterial, em Marituba, possuíam todas as representações verificadas no Soledade, principalmente as referências à memória, à identidade e à história de um lugar. As representações, materiais e imateriais que os compõem, se substanciam tanto pelas estruturas físicas da natureza ou as construídas pelo homem, quanto pela forma como estes bens são apreendidos em sua relação com o público que os frequenta e que, especificamente no caso do Soledade, pela perspectiva deste trabalho, o consome enquanto patrimônio cultural, ainda que, para muitos, isto seja irrelevante ou quem sabe até desconhecido.

Quanto aos aspectos - material e imaterial - do bem cultural que é o Soledade, quero registrar a experiência vivenciada no decurso das observações ali efetivadas. Presentes em todos os objetos, estão as faces material (tangível) e imaterial (intangível). Estas características, indissociáveis, se tornam mais evidentes quando estes objetos são tomados e analisados como representações da cultura humana sob o domínio da categoria patrimônio cultural, como é o caso do Soledade. Tanto a face material quanto a imaterial podem ser percebidas, sem tanto esforço, pelos sentidos sensoriais do corpo, os quais considero todos táteis em função de que, os efeitos da relação do homem com os objetos, se manifestam no e pelo corpo. A materialidade expressa no Soledade se faz evidente a partir do pedaço de chão que ocupa; do muro e gradil que delimitam seu perímetro; no mármore, alvenaria, gradis, esculturas e adereços que constituem seus monumentos, capela, mausoléus e túmulos; nos ossos e urnas expostos; na composição de suas cores, nas árvores, no capim, nos insetos, aves e outros animais que compõem sua paisagem além das pessoas que frequentam o Soledade. Todas estas evidências se caracterizam por serem palpáveis e visuais. Sua imaterialidade, no entanto, se faz

perceber por seus cheiros de quintal, de natureza, de orvalho, de fruta, de terra e de cidade; nos sons de periquitos, sábias, bem-te-vis, gavião, de outros pássaros e de cidade; pelos seus sabores de manga, de goiaba, de uxiрана, de mucajá, de inajá; de ameixa, de açaí e de mamão; pela fé manifesta nas oferendas dedicadas aos santos e entidades; pelo afeto traduzido na homenagem aos mortos; pelo aspecto de tranquilidade ali percebido e por outros modos de fruição. Experiências que são capturadas pelos órgãos responsáveis por registrar as sensações: o paladar, o ouvir, o cheirar, o sentir com o coração e as abstrações da psique, destes não se pode definir a forma, é lhes negado o toque, pois que refletem a imaterialidade. As percepções da materialidade e da imaterialidade do patrimônio podem ser sistematizadas separadamente em um exercício pedagógico, contudo, lhe são características imanentes.

De acordo com a convenção de Paris, inserida na legislação brasileira, na íntegra, pelo Decreto Legislativo Nº 71, de 28 de novembro de 1972, a expressão “bens culturais” significa: “quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência, [...]” Infere-se daí uma série de objetos que representam a capacidade criativa do ser humano, no sentido de transformar a realidade para adaptar-se ao meio em que vive. Estes objetos fazem parte da trajetória percorrida pelo homem, sendo capazes de mediar uma interação entre o passado e o presente, na história social das relações humanas.

Tais objetos são concebidos e utilizados para suprir necessidades no cotidiano do que são exemplos: a casa; a colher; a carroça; o telefone; o carro; a igreja; o cemitério entre tantos outros. Existem ainda os objetos utilizados para suprir necessidades do espírito, através de uma experiência estética, que estão representados nas expressões da arte e nas resignificações simbólicas por que passam determinados objetos, que logram integrar uma categoria ideológica por onde tencionam as reivindicações relacionadas às memórias, identidades e as forma com as quais os indivíduos sociais afirmaram ou renegaram tais abstrações que se fazem perceber na ideia de patrimônio cultural institucionalizado.

Alguns destes objetos quando são elevados à categoria bens culturais, dando forma ao patrimônio cultural, estão envolvidos pela dinâmica do mercado

capitalista que ao absorvê-los, lhes determina a característica de produto e, a seus usuários, consumidores.

O Cemitério da Soledade, construído em 1850, localizado na Travessa Dr. Moraes entre as avenidas Gentil Bittencourt e Conselheiro Furtado em Belém do Pará, é um destes objetos reconhecidos como bens culturais institucionalizados, está inserido no rol de objetos resignificados que compõem o patrimônio cultural da cidade de Belém desde seu tombamento ocorrido em 23 de janeiro de 1964, estando registrado em livro de tomo do IPHAN na categoria de bem cultural Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Nacional e pela Lei Municipal nº 7709, de 18 de maio de 1994⁴. Esta característica, pela perspectiva de mercado, atribui ao cemitério, potencial para gerar recursos a partir da visitação efetuada por um público não específico e que, entre outras relações, apreenda o espaço cemiterial como uma opção de lazer e entretenimento, coadunando-se com as tendências museológicas que buscam refletir sobre novas formas de relação entre o homem e o objeto museal. É por esta perspectiva que a pesquisa desenvolvida no, e sobre, o Soledade teve por objetivo buscar compreender a lógica que se processa no reconhecimento dos bens culturais institucionalizados e consumíveis, no sentido de atrair público; gerar recursos; e suas relações com o indivíduo consumidor. A compreensão desta lógica se faz necessária para dar direcionamentos no sentido de responder as seguintes questões: Como fomentar uma relação de fruição entre o Cemitério da Soledade e um público que não seja necessariamente o público que já o frequenta hoje? Existe, de fato, uma tendência de distanciamento entre público consumidor de espaços culturais institucionalizados e o Cemitério da Soledade enquanto bem cultural com aspirações à visitação aberta?

Inicialmente quero apresentar a forma como o presente trabalho está estruturado. No primeiro capítulo a metodologia aplicada na pesquisa que resultou com a confecção deste trabalho, onde a análise dos dados colhidos foi a base para substanciar as argumentações e as ideias ora apresentadas. No segundo capítulo, que tem por título “A Museologia para além do espaço físico do museu” o objetivo é Abordar o movimento que a Museologia implementa ao sair do interior do museu e

⁴ Dispões sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e cultural do Município de Belém e dá outras providencias. (disponível em <http://cm.belem.jusbrasil.com.br/legislacao/583044/lei-7709-94>. Acessado em 22 de novembro de 2014 as 22:00 horas)

experimenta novas formas de se fazer presente e necessária na reflexão que constitui a formação e a institucionalização de bens culturais transformados em patrimônio, bem como a experimentação de ampliar o entendimento do que se pretende apreender pelo conceito de musealia. No terceiro capítulo apresento uma reflexão sobre as transformações ocorridas na maneira como as famílias homenageavam seus entes queridos, no sentido de se fazerem presentes pela lembrança tumular, reflete, ainda, como este costume é realizado na sociedade contemporânea. No quarto capítulo “O cemitério da Soledade no contexto da cidade de Belém” a proposta é refletir e verificar se estão presentes, no Cemitério da Soledade, as potencialidades de um consumo voltado ao lazer e ao entretenimento, tendo como plano de fundo as inquietudes suscitadas, por um cemitério, no imaginário social. O quinto e último capítulo aponta os usos e as formas pelas quais o Soledade esta sendo apreendido por uma parte da sociedade belenense bem como os efeitos desta apropriação para a proteção, a conservação e a manutenção deste patrimônio. Finalmente apresento minhas considerações tendo por referencia de análise a comparação entre o problema e as hipóteses, apresentados no projeto, e os resultados obtidos por ocasião da pesquisa.

1 – METODOLOGIA

A defesa e a manutenção do patrimônio cultural institucionalizado, de modo geral, estão sujeitas a implementação de políticas culturais. Uma política cultural pode ser definida como um conjunto preciso de ações de governo no espaço sociocultural. Se consistiu em declarar e definir integralmente os valores e os princípios segundo os quais agirá a entidade pública dedicada às questões culturais⁵. Dentre os inúmeros objetivos de uma política cultural, se encontra o combate contra qualquer forma de discriminação e preconceito contra um grupo ou minoria sociais, posto que as políticas culturais se inspiram na reafirmação dos princípios democráticos da dignidade, da igualdade e do respeito mútuo entre os seres, donde se conclui que estas condicionantes só podem ser entendidas no contexto da democracia⁶. O estado brasileiro tem, por tradição, a característica de tutelar a implementação destas políticas, o que lhe é uma das inúmeras competências no campo social. Contudo, a forma como estas políticas são concebidas, planejadas e (im)postas ao usufruto social, embora já tenha dado sinais de alguma mudança, carregam consigo o estatuto da unilateralidade estatal no sentido de ainda ser evidente a pouca participação da população que receberá os efeitos gerados pela implementação destas políticas. Isto está na contramão das expectativas do cidadão em relação a um estado democrático, reafirmando a manutenção de uma relação hierarquizada entre o estado e a sociedade brasileira que, segundo Marilena Chauí (1994 p 74), conserva as marcas da sociedade colonial. Nesta relação o estado é visto como aquele que detém o poder de inspirar e de produzir cultura restando, à sociedade, a obrigatoriedade da obediência. Esta receita ainda é repetida por diferentes grupos que se alternam na administração do poder político e econômico no Brasil, o que faz com que este seja o modelo de gestão adotado nos estados. Neste contexto, políticas culturais, entre outras, tendem a experimentar uma constante sensação de fracasso ou interrupção de suas implementações, originadas pela dificuldade ou pela recusa, do poder político e econômico marcados, entre outras mazelas, pelo clientelismo, em adaptar as suas

⁵ O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. Antonio A. Arantes: Resgate, revista interdisciplinar de cultura nº 13 2004. Centro de Memória UNICAMP.

⁶ Políticas culturais: teoria e práxis de Lia Calabre. – São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 40, 41

ações as demandas oriundas da opinião pública, no sentido de construir políticas culturais com a participação ativa do cidadão, assegurado-lhe o direito de reconhecer-se como sujeito de sua história e conseqüentemente como sujeito cultural. (Marilena Chauí 1994, p 82).

Apoiado na premissa de que a análise científica também esta inserida no contexto de uma escolha que, dentre outras fisionomias, possui caráter político e para corroborar com a reivindicação de uma ação permeada pela participação da sociedade, ainda que por uma pequena parte desta, o desenvolvimento metodológico aplicado nesta pesquisa se apoiou no modelo de análise indutivo e no caráter exploratório de um trabalho que se pretende e precisa ser aprofundado, ao que foram efetivados os seguintes procedimentos: a observação exploratória aplicada no local, em um total 14 horas de observação - das quais onze foram ininterruptas - e anotação de dados; a aplicação de questionários compostos por 10 (dez) questões utilizando-me tanto da via web, cujo resultado se mostrou pouco eficiente como experiência metodológica, pelo menos para os objetivos deste trabalho, em função de que foram encaminhados 12 (doze) questionários a endereços eletrônicos, dos quais, somente dois retornaram preenchidos, quanto pela aplicação presencial deste mesmo questionário, em um total de 35 (trinta e cinco) questionários respondidos por cidadãos, sendo 23 do sexo masculino e 12 do sexo feminino, residentes nos municípios de Belém(20), Ananindeua(08) e Santa Izabel(03) , 04 entrevistados não declararam o endereço; pela coleta de dados nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN-Belém); pela coleta de informações junto aos gestores do patrimônio institucionalizado, especificamente o IPHAN, a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT) e a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), dos quais somente o primeiro respondeu ao roteiro de entrevista, composto por 05 (cinco) perguntas, a si encaminhado; além da utilização de fontes bibliográficas tanto de autores que tratam da Teoria Museológica quanto daqueles que pertencem a outros campos do conhecimento, como a Antropologia, a Historia e a Sociologia, por exemplo, em função do caráter multidisciplinar da Museologia.

2 - A MUSEOLOGIA PARA ALÉM DO ESPAÇO FÍSICO DO MUSEU

Especificamente neste tópico que trata da ciência Museologia como principal objeto de reflexão, tomarei como referências os ensinamentos de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri; Dominique Poulot (2013), Tereza Scheiner (2012), além de publicações de cunho jurídico e também as ratificadas pelo reconhecimento nacional e internacional na área da Museologia. Nestas reflexões encontrei muitas das respostas aos meus dilemas vividos e sentidos na busca pelo entendimento crítico e substanciado dos conceitos que dão corpo a Museologia em suas ramificações Tradicional; Nova ou Social, o que considero como uma expansão do conhecimento museológico, que pode ser tomado de diferentes perspectivas, do que propriamente uma ruptura ou uma divisão em especificidades da ciência Museologia.

Minhas argumentações estarão permeadas por conceitos teóricos que se farão incorporar aos resultados de minhas reflexões e que, em algum momento, poderão estar negligenciadas quanto à obrigatoriedade de suas referências, contudo, considerando que, contemporaneamente, a originalidade textual na exposição de ideias é um exercício extremamente delicado, uma vez que parece não haver nada que ainda não tenha sido, pensado, escrito ou dito em relação à teorização de uma ciência cujas bases se caracterizam pela multidisciplinaridade, assim como o é com a Museologia.

Não é possível traçar conjunturas no campo museológico sem antes considerar a existência de museus, pois como, obviamente se depreende, a Museologia trouxe sua problemática do museu. Contemporaneamente, com a legitimação da Museologia como ciência já se pode considerar que, nas palavras de Desvallées e Mairesse, “No es el museo el que suscita la aparición dela museología, sino que es la museología, quien da fundamento al museo.” (DESVALLÉES 2013 p 61) daí que a definição de museu a ser utilizada neste trabalho terá como diretrizes o enunciado no Art.1º juntamente com seu parágrafo único, da Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 que institui o estatuto de museus onde se lê:

Art. 1º Consideram-se museus, [...] as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo,

conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. *Parágrafo único.* Enquadrar-se-ão nesta lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades.

O longo processo de constituição destes espaços (museus), tem suas raízes estabelecidas na antiguidade representado pelo museu de Alexandria (Egito, século III a.C.) e seu caráter universalista⁷, do qual Waldisa Russio (BRUNO, 2010 p 81) diz não haver muitas informações “alem de sua tragédia”, os três incêndios que sofrera. Observa ainda, que no período renascentista o museu teve seu equivalente nominado por galeria, ainda em consequência das tragédias de Alexandria. A galeria Uffizi⁸ terá como características: preocupações culturais; pioneirismo no dialogo entre o homem e a arte. Ainda segundo a autora, sustentada pelo conhecimento de historiadores, o termo museu permanecerá banido ao longo dos séculos que sucederam aos sinistros de Alexandria, até ser reabilitado pelo museu do Louvre na França em 1793, marcando o inicio do estabelecimento da instituição do espaço museu, como o conhecemos hoje. No Romantismo, que Waldisa Russio (BRUNO, 2010, p.82) descreve como um “momento de profunda revolução do pensamento humano” surgem os protótipos do Museu do Louvre na França e o Museu Britânico na Inglaterra. O Louvre se preocupou com a organização de museus e a utilização social do espaço(museu). O Museu Britânico (Inglaterra) construído em 1753 foi considerado o primeiro museu efetivamente de caráter público no mundo. Após a grande revolução romântica, com inicio no século XVIII e se alastrando por todo o século XIX, tendo influencia ainda em nossos dias, surgiram os museus nacionais e regionais e, aos poucos, mas concomitantes a estes, foi se amadurecendo a ideia de museus comunitários e especializados, suas principais características, segundo Waldisia Russio (BRUNO 2010, p 84) são a constituição de acervo nacional; ecletismo; distanciamento do universalismo; a seletividade. Ainda que de forma caricata estas considerações se pretendem um conjunto de informações que

⁷ Lhe é atribuído este caráter porque o museu, Segundo Rússio (1979, p 81), superpunha as funções de Arquivo, Museu e Biblioteca, caracterizado também como centro de convívio, pesquisa e ensino. (Textos e cotextos de uma trajetória profissional ICOM – 2013, p 81)

⁸ Galeria Uffizi remonta a 1560 e foi construído por Giorgio Vasari a pedido de Cosimo I de Médici para alojar os gabinetes administrativo e legal (*uffizi* em italiano antigo) de Florença. A obra foi concluída em 1580 e no ano seguinte, Francesco I decidiu utilizar a *loggia* do terraço como galeria pessoal. Ali colocou a sua coleção de quadros do século quinze bem como camafeus, pedras, jóias, estátuas, peças em bronze, miniaturas, instrumentos científicos e raridades naturais. (Informação retirada do sitio <http://www.museusdeflorenca.com/> acessado em 26 de outubro de 2014 as 17horas e 25.)

insinuam o caminho percorrido pela instituição museu no mundo ocidental da antiguidade até ser instituído no Brasil colônia, em 1818, o Museu Real.

Tomando por referencia o marco da Independência do Brasil do reino de Portugal, em 7 de setembro de 1822, temos como primeiro museu de caráter brasileiro o Museu Nacional. Assim como o museu Nacional, outros museus foram sendo criados com a característica de se constituírem como vetores da introdução das ciências naturais no Brasil. De acordo com Brefe (2005, p 51, 52):

[...] os quatro museus regionais criados na segunda metade do século XIX, Museu Paraense Emílio Goeldi(1871), Museu Paranaense (1876), Museu Botânico do Amazonas(1883) e o Museu Paulista (1890) tiveram caráter enciclopédico, fundamentado no estudo das ciências naturais.[...] A marca comum a todos eles, [...] foi a introdução dos estudos [...] antropológicos, arqueológicos e etnográficos [...]

Na sequência histórica da instituição de museus brasileiros, em 1922 foi criado o primeiro museu de História no país, o Museu Histórico Nacional (MHN), instituição que, segundo SANTOS (2009 p 117) é “voltada para o culto à saudade e para reverenciar a tradição” de inspiração romântica o que explicaria o apelo ao militarismo, o enaltecimento de grandes heróis nacionais e a tendência para a preservação do patrimônio pertencente às elites do país a época. Contudo, uma de suas mais importantes contribuições em termos museológicos, é o fato de, ainda segundo a autora, “ser considerado um marco de transição, no que diz respeito ao perfil institucional dos museus” se comparado aos museus criados no século XIX, quando foram instituídos os grandes museus de História Natural. Pela perspectiva do MHN o Império (Brasil) é erguido “como tradição da nova nação em oposição ao republicanismo”, evidenciando o museu como o palco de representações e afirmações políticas, no contexto do Estado Novo.

Apesar do caráter histórico desta abordagem, utilizado para auxiliar na interpretação museológica, vale ressaltar que a evolução percebida nas mais variadas representações de museus estende-se também a construção da ciência museológica e o aprimoramento da museografia, significa também a ocorrência de transformações na maneira como estes museus estão sendo percebidos, interpretados e utilizados em meio as disputas inscritas no meio social em que estão inseridos. Estas transformações no período de criação do MHN, tais como mencionadas do por Waldisia Rússio (BRUNO 2010, p 89):

O inconformismo, a busca por uma identidade nacional própria e de valores autenticamente brasileiros, levam, num plano que não é exclusivamente estético, mas cultural à semana de 22; politicamente, aos movimentos tenentistas de 1922 e 1924 e, em termos de memória nacional a criação do Museu Histórico Nacional.

Este “inconformismo”, esta “busca por uma identidade nacional” as revoltas políticas e a reivindicação por uma “memória nacional”, demonstram as premissas da construção de um Estado forte que irá se refletir nas interpretações museológicas evidenciadas e nos discursos museográficos, estes, em constantes (re)formulações tal qual o museu sendo que, esta característica, é muito mais claramente percebida na teoria museológica. Waldisia Russio (BRUNO, 2010) explica que neste mesmo contexto é criado, em 1932, o primeiro curso de Museologia no Brasil sendo também “o primeiro do gênero na América do Sul” o que concede ao Brasil o pioneirismo nos estudos museológicos e museográficos nos quais o país ainda é referenciado nesta parte do mundo.

É em um período marcado pelo embate político e ideológico e com o uso da rede institucional do Estado por modernistas e conservadores, ambos com representação no governo de Getúlio Vargas, marcado pela instituição do “Estado Novo” com duração de 1937 a 1945, que foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, o qual substituiu a Inspetoria dos Monumentos nacionais, até então, o órgão responsável por executar as políticas de proteção do patrimônio no Brasil. Hoje esta instituição é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

Por que abordar, como objeto problema, algo que está para além das paredes do museu, a priori, fora daquilo que constitui a museália, os objetos de museu ou musealizado? Que tipo de análise pode tornar válida a experiência de se tomar um objeto que não está dentro de um museu e problematizá-lo por uma perspectiva museológica? É o que proponho como um dos desafios na construção desta pesquisa. Comentando o porquê de denominarmos esta ciência por Museologia, Martin Scharer⁹ (1999) ao definir a museologia como uma busca que:

[...]un champ de recherche défini très largement et qui englobe une attitude spécifique de l'homme face aux objets (ou à leurs valeurs idéelles). Cette attitude inclut les procédés de conservation («muséalisation»), de recherche, de communication («visualisation»). Ce type d'attitude se rencontre toujours

⁹ Professor de museologia em Basileia e fundador do Alimenterium, em Vevey Suíça.

et partout. Institutionnalis  et analysé au musée, ce phénomène en a tiré son nom,[...] ¹⁰ (SCHARER,1999 p 32)

Posso inferir, desta defini o, que os procedimentos de conserva o, musealiza o(resignifica o), pesquisa e comunica o são atitudes que podem ser encontradas e/ou implementadas em qualquer lugar que detenham objetos, ou que este lugar seja o próprio objeto, caracterizados pela institucionaliza o e que, portanto, requerem ou inspiram uma rela o específica do homem em fun o dos valores conceituais de que estejam impregnados tais objetos.

Deste modo, compreendemos que não seria museológico, todo esse processo, caso a análise de suas condicionantes se operassem fora do ambiente museu e que assim sendo não se tomaria esta ciência, que se ocupa em desvelar o complexo de sentidos do objeto patrimônio em sua rela o com o indivíduo social homem, por Museologia. O conceito apresentado por Scharer está relacionado com o que se entende por “Nova Museologia” ¹¹, o que se apresenta como uma tendência, se não uma convergência, nos estudos do campo da musealidade, esta disponibilidade em dire o ao extramuros, característica que acompanha a museologia desde seu nascimento, quando esta se separa ou e se desenvolve para além da experiência técnica no museu que lhe   anterior, no sentido de já estar em evidência, a museografia.

Este alargamento de fronteiras se impõe justamente pelo entendimento de que a possibilidade de musealizar¹²   perceptível e aplicável, também, no que   real e externo ao museu. A descontextualiza o de um objeto resignificando-lhe o sentido e o uso transformando-o em um mus lia, ocorre fora do museu e   também, ou deveria ser, uma demanda ou uma institucionaliza o oriunda de uma

¹⁰ “A busca de tudo o que engloba uma atitude específica do homem diante dos objetos (ou de seus valores conceituais). Essa atitude inclui os procedimentos de conserva o, musealiza o, de pesquisa e de comunica o. Esse tipo de atitude encontra-se sempre em toda parte. Por ter sido institucionalizado e analisado dentro do museu, esse fen meno tirou seu nome da”. (Museu e Museologia/ Dominique Poulot; tradu o Guilherme João de Freitas Teixeira – B. Horizonte: Autentica Editora 2013. p 130)

¹¹ Linha de análise e de produ o teórica da museologia, ativa a partir de 1980, que tem como principais componentes de suas a o es a utiliza o do conceito de “museu integral” e a significativa ideia de participa o cidadã, presentes no bojo das propostas gestadas para o campo museológico, ambos institucionalizados e explícitos na Carta de Santiago do Chile de 1972 que   considerada como documento fundador da corrente teórica da Nova Museologia.

¹² Neste trabalho o termo esta sendo utilizado no sentido primeiro que lhe   atribuído pela publica o Conceptos claves de museología, ICOM (2010) Según el sentido común, la musealizaci n designa de manera general la transformación de un lugar viviente em una especie de museo, ya sea centro de actividades humanas o sitio natural. (Conceptos claves de museología, , p 50)

representação da sociedade que lhe atribui valores estéticos, artísticos, identitários e/ou memoriais sendo, este fato, uma condicionante fundamental para que um objeto da cultura material ou imaterial se faça museália, objeto de museu. Como definir objetos que por sua forma, tamanho, desdobramentos ou por outro motivo que se justifique, simplesmente não possam ser colocados dentro de um museu e que por isso não podem, em tese, serem tomados por museália e que por consequência não estariam encampados pela ciência museológica? Certamente esta questão se desvanece em função do que pode ser chamado de um transbordar filosófico, teórico e conceitual da museologia, rompendo as barreiras físicas e abstratas do museu se derramando sociedade adentro, mais em busca de resposta para suas próprias inquietações do que pela apresentação de verdades universais ou absolutas.

A presença de uma ideia de “patrimonialização” está implícita no conceito do termo musealização DESVALLÉES (2013, p 56) processo pelo qual um objeto qualquer pode se tornar um objeto de museu. Os bens culturais que compõem patrimônio cultural, incluído ai lugares, são afetados por uma mudança conceitual quando institucionalizados. Especificamente no caso dos lugares, falta-lhes o deslocamento físico de seu contexto naturalizado para que sejam objetos de museu e, portanto, objetos de estudo da Museologia. A intenção de transformar o Cemitério da Soledade em um museu a céu aberto ou em um parque temático se não o transforma em objeto de museu, concede-lhe, então, o status de ser o próprio museu o que o torna a razão de ser tema de uma abordagem museológica.

A partir do início da década de 1970, a museologia deixa a fase de mera descrição do objeto/artefato, do estudo de públicos, das estruturas do museu, por exemplo, para se debruçar sobre os efeitos da relação, destes elementos, com a sociedade o individuo, o meio ambiente e principalmente a partir deste momento, clarificar para si e para a ciência, quais as suas responsabilidades, atribuições, legitimidade e a validade de sua mediação nesta relação, já que ainda é tida como um campo científico em solidificação. Este movimento que vai se chamar “Nova Museologia” tem na Carta de Santiago do Chile um dos principais marcos desta (re)composição a partir da proposta do “Museu Integral” e que, segundo as reflexões de Scheiner (2012, p 23) a Carta de Santiago,

Ao oficializar o uso do termo Museu Integral, extensivo a todas as representações do fenômeno museu[...] torna-se um documento de importância teórica para a Museologia, passando a integrar o conjunto de reflexões que fundamentam os estudos do campo. Como tal, pode ser efetivamente considerada como uma das matrizes da teoria museológica.

Quero chamar a atenção para um ponto, que por vezes, conduz a um entendimento contraditório acerca do que pode ser tomado como aberturas propostas pela “Nova Museologia”, que tem seus princípios de base elencados na declaração de Quebec 1984. Não se trata de mera especulação, de nenhum desrespeito ou desmerecimento aos teóricos e estudiosos consagrados do campo museal, ao contrário, considero que minha observação seja coerente e que pode contribuir para o entendimento de que o estudo e a aplicação das práticas museológicas não estão restritos ao espaço físico do museu. Se não estou prejudicado pela presunção, creio que os conceitos e as reflexões mais contundentes acerca da “nova museologia” que resultam na evidente reinterpretação do campo museal, usam como informação final ao entendimento de suas considerações a ideia de espaço delimitado e construído dos museus, encaminhando os leitores a cristalizar a ocorrência do “fato museológico” unicamente dentro do museu e, este, visto apenas como um ambiente fechado. As formulações são concluídas, em geral, pela seguinte terminação: “[...] no interior do museu”, a qual se apresenta com alguma diferença na gramática de alguns teóricos, mas mantendo a semântica. Como se vê em Waldisia Russio (BRUNO 2010, p 124) [...] “Essa relação profunda entre homem e objeto [...] que constitui o fato museal¹³ ou fato museológico, se estabelece no recinto institucionalizado do museu.” Sendo assim, há uma tendência a conduzir o leitor em não tomar por legítima a relação entre objeto/artefato e o homem, se esta relação ocorre fora do museu.

A proposta deste trabalho é que: qualquer objeto seria alcançado pelas metodologias museológicas se o termo museu for compreendido como qualquer espaço onde estejam presentes ou que se constitua como objeto resignificado/valorizado pelos processos de institucionalização social e ou política, concebido e construído por homens para o seu usufruto na medida de suas

¹³ O fato museal ou fato museológico é, nas reflexões de Waldisia Rússio, o objeto da museologia. Este fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor – e o objeto, parte da realidade sobre a qual o homem igualmente atua e pode agir. (BRUNO, M. C. O. (Org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado;, 2010. Vol.1, p 124).

expectativas. É por esta via de entendimento que esta proposta de trabalho tem no cemitério da Soledade o local objeto de reflexão museológica. Estas reflexões se pretendem pertinentes à luz de Waldisia Russio (BRUNO, 2010, p 77), quando em defesa da necessidade de existência de museus, declara:

O museu é um registro de aspectos da trajetória do Homem, personagem e agente da História. Essa é sua tarefa principal, sua finalidade, que permanece imutável. O que variará no Museu são os seus recursos de comunicação, adaptados ao Homem de sua época; assim, o Museu será variável, quanto à sua forma e aos seus meios, de acordo com a sociedade.

Sem dúvida o Soledade se constitui como “*um registro de aspectos da trajetória do homem*” sendo que o enunciado, a “*tarefa principal*” é a qualidade que lhe atribui a fisionomia da musealidade¹⁴. O Soledade está adaptado e apreendido por indivíduos atuais e atuantes *in situ*, pois não há como coloca-lo em um museu. O termo “*forma*” está para o espaço ocupado pelo museu e ainda para o que poderá ser tomado por espaço museal, ratificando a variabilidade proposta por Waldisia, e que, assim como os *meios*, devem ser institucionalizados contemporaneamente, senão social, mas politicamente, é certo. O Soledade possui a característica de ser institucionalizado pelo poder público, com o tombamento, e pela apreensão social refletida pelos seus mais de 250 (duzentos e cinquenta) visitantes a cada segunda feira, dia em que ele é aberto à visitação pública.

A musealidade, enquanto valor de registro, de identidade e de memória, que se evidenciam na relação do homem com a sua própria cultura, é um fundamento sem o qual um objeto não pode ser considerado museália. Este fundamento é latente no Soledade, ser um museu é uma constatação que lhe tende ser inevitável em função dos aspectos e dos atributos que o compõem e que são indispensáveis a um museu. De outro modo mais na mesma linha de pensamento Tereza Scheiner (2012, p 18) mostra que:

O museu é percebido pelos teóricos como um fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação esta que chamaremos ‘musealidade’ [...]. Assim o que cada sociedade percebe e define como ‘museu’ poderá também mudar, no tempo e no espaço. (SCHEINER 2012, p 18)

¹⁴A musealidade é um valor atribuído a certas ‘dobras’ do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de sua própria cultura. (SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas, Belém 2012 P 18).

A visão da ideia de museu como fenômeno que se qualifica pela relação especial entre o homem, o espaço, o tempo e a memória, me permite conceber que a existência da relação, compreendida como a apreensão do espaço ou do objeto pela sociedade, pressupõe a ocorrência do fenômeno, ainda que necessariamente o espaço não detenha a sanção política de museu, como é no caso do Soledade.

Não tenho a intenção de militar contra ou a favor da institucionalização do Soledade como um museu, embora que, em alguns momentos, a leitura possa conduzir para este entendimento. A preocupação principal destas reflexões consiste em demonstrar que é possível e perfeitamente aplicável a metodologia museológica, que se utiliza dos procedimentos de conservação, ressignificação, de pesquisa e de comunicação, tendo por tema de estudo, objetos que não estejam vinculados a uma instituição museu, mas que compõe o campo do patrimônio cultural.

No caso do Soledade a conservação e a ressignificação já se fazem iminentes ao instituto do tombamento que o concede o status de patrimônio cultural; a pesquisa se reflete nos inúmeros trabalhos realizados por instituições de ordem pública e/ou particular das variadas áreas do conhecimento, além de iniciativas individuais, como é no caso desta experiência, e que resultam em publicações de cunho científico e informativo a cerca da presença do Soledade na vida da cidade; a comunicação fica por conta da exposição permanente dos túmulos e mausoléus constituídos de conceitos, artísticos, arquitetônicos, históricos, antropológicos, sociais, arqueológicos, mitológicos, religiosos e qualquer outro conceito atribuído pela sociedade, além das mesmas publicações referidas anteriormente.

3 – OS ENTERRAMENTOS COMO UM EVENTO A CELEBRAR

Duas características, não se pode negar, estão evidentes nas arquiteturas tumulares: a representação da memória e a identidade daquele que jaz no espaço reservado, pelos vivos, aos mortos. O referencial de memória se manifesta pela possibilidade de se abstrair uma proximidade com o sepultado, justamente pelos indícios identitários que permitem tanto a entes queridos quanto a um estranho, a reflexão sobre aquele ex-vivo específico, impedindo uma relação ou uma interpretação única a cerca de todos os indivíduos depositados em um espaço em comum, o cemitério. Em cada tumulo estão contidas uma memória e uma identidade únicas, embora construídas coletivamente. Construir representações de memórias e identidades a partir do monumento tumular é possível, ainda que sob o signo de patrimônio cultural?

No desdobramento da relação do ser humano com a morte, existe um lastro filosófico, religioso, social e individual de reflexões que permitem o contato com a história de uma indagação que não se conhece a resposta. O que há depois de se estar morto, pela perspectiva do próprio morto? Logicamente esta é uma interrogação retórica. Não há como sabê-lo. Os mortos calam-se para sempre... Quem sabe? E é em função deste misto de dúvida e medo que o homem deixa impresso em suas lapides as marcas de sucessivas e diferentes formas de se comportar diante da morte, bem como é possível inferir uma identidade individual e social do sujeito, a partir da preservação de sua memória pelas inscrições e simbologias tumulares. Neste trabalho me permitirei uma visita nos aluviões da história social e da cultura¹⁵, a nossa própria por exemplo, para refletir sobre as transformações ideológicas que moldaram e moldam o tempo e o espaço nas representações dos costumes, principalmente a partir do aumento da influência e da interferência do cristianismo na mentalidade e nos costumes do mundo ocidental no século V dC, e no vai e vem de práticas que se alternam em importância e escárnio ao longo dos séculos seguintes.

¹⁵ Tema presente nas obras utilizadas como referência neste trabalho do que são exemplo. A morte é uma festa de João José Reis(1991) e O homem diante da morte de Philippe Aries(1997).

A morte é um tema que mantém uma relação complexa com os seres humanos. Em geral, buscamos não pensar neste infalível momento e procuramos nos afastar de tudo que a ele remeta. Se hoje o evento morte nos atormenta enquanto uma certeza, esta mesma certeza já foi vivenciada como algo que é verdadeiramente inevitável e que, portanto, foi assimilada, familiar, aceita e simplesmente vivida. Nas reflexões de Aries (1977 p 14) entre a idade Média e o início do século XVIII as pessoas não morrem de qualquer maneira:

[...] a morte é regulada por um ritual habitual, descrito com complacência[...] inicialmente, seu caráter essencial consiste em dar tempo para o aviso[...] nem médico, nem os companheiros, nem os padres[...] sabem tão bem quanto ele. Só o moribundo avalia o tempo que lhe resta.

Este mesmo autor, toma como demonstrativos da experiência vivida e com a familiaridade com que os indivíduos tratavam a morte, a partir de relatos encontrados em documentos e da interpretação da literatura da época como se segue nesta transcrição:

Em Saint Martin de Tours¹⁶, segundo Raoul Glaber, após quatro anos de reclusão, o muito venerável Hervé sentiu que em breve iria deixar este mundo e numerosos peregrinos acorreram na esperança de algum milagre. Um outro monge, que tinha alguns conhecimentos de medicina, teve de apressar os frades que tratava: «com efeito, sabia que a sua morte estava próxima.»² Uma inscrição de 1151 conservada no museu dos Agostinhos de Toulouse³ conta como o grande sacristão de São Paulo de Narbona viu, também ele, que ia morrer: *Mortem sibi instare cernerat tanquam obitus sui presdus*. (Viu a morte a seu lado e pressentiu assim o seu falecimento.) Fez o testamento na companhia dos monges, confessou-se, foi à igreja receber o *corpus domini* e aí morreu. (Aries 1977, p 17)

Em sua obra, Ariés, traz referências que exemplificam a relação de proximidade das pessoas com morte, esta proximidade não estava restrita a membros da igreja, como pode ser sugerido pela citação anterior, mas era experimentada por uma grande parcela da população na França medieval. As ocorrências relatadas pelo autor têm como coadjuvantes representantes de todas as classes sociais da época soberanos, camponeses, clérigos, que compartilhavam desta mentalidade. Corroborando com as reflexões de Aries, REIS (1977, p 74) historiador, refletindo sobre a mesma temática, escreve que: “Como é comum nas sociedades tradicionais, não havia separação radical como temos hoje, entre a vida e a morte, entre o sagrado e o profano, entre a cidade dos vivos e dos mortos”. O

¹⁶ Venerado como São Martinho de Tours, tornou-se o primeiro Santo não mártir a receber culto oficial da Igreja e tornou-se um dos Santos mais populares da Europa medieval. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Martinho_de_Tours#Biografia. Acesso em 21/09/2014 as 08h 30)

mesmo autor descreve o que seria um funeral barroco que se caracterizava pela pompa. Logicamente esta pompa variava em função da importância política e da situação econômica do morto, contudo a presença dos ritos que compunham a prática estava marcada em todos os funerais daqueles que pertencessem a uma irmandade¹⁷.

O luxo dos caixões, dos panos funerários, a quantidade de velas queimadas, o número de participantes no cortejo – de padres, pobres, confrarias, músicos, autoridades, convidados – a solenidade e o número de missas de corpo presente, a decoração da igreja o prestígio do local escolhido para a sepultura. (REIS 1977, p 74)

A morte é uma certeza que acompanha o homem desde que ele se torna consciente das complexidades que o envolvem. Percebendo que pode alterar estas complexidades, articula ideias e produz objetos em prol do seu bem estar. É o que hoje pode ser denominado como início da produção de cultura de utilidades¹⁸. Os sepultamentos são uma das consequências desta tomada de consciência enquanto prática desenvolvida para dar destino respeitoso aqueles que morrem. A morte e o sepultamento são temas que, em geral, aparecem envolvidos com a religiosidade de grupos sociais, onde o corpo é a parte física e a consciência é a parte abstrata do indivíduo, sua alma. Durante o período que se estende desde a idade Média e até o início do século XVIII, o cristianismo ocidental manipulou a prática dos sepultamentos disseminando a ideia de que para salvar sua alma o homem deveria, de alguma forma, minimizar a culpa produzida pelas vontades do corpo.

Contemporaneamente ao que denominamos como velório é um testemunho, o que nos foi herdado pela composição daquelas transformações de uma dessas práticas sociais que antes e, até certa altura, após o aparecimento do cristianismo, era um processo, um ritual que se compunha de etapas onde o anúncio da morte se fazia perceber a partir dos avisos e sinais tidos como da própria morte. Estes sinais se materializavam em sonhos, premonições e aparições percebidas apenas por aqueles que iam morrer. Estava iniciado aquilo que podemos nominar como uma celebração alegórica da morte. Havia ainda os que eram privados destes

¹⁷ Associação religiosa responsável por preparar e dar cumprimento a todo o ritual fúnebre do falecido, bastando para tanto que este mantivesse, em vida, o hábito da contribuição econômica e do cumprimento de preceitos religiosos.

¹⁸ A expressão está sendo utilizada como uma sinterização das reflexões que a antecedem. Se refere ao início da produção, aumento em número e o desenvolvimento tecnológico dos objetos que ajudam o homem a prover suas necessidades. Não encontrei nenhuma referência teórica que pudesse ratificar-lhe este sentido, contudo considero-a coerente dentro do contexto apresentado.

rituais. Aquele, cuja morte se abatia sem ser anunciada. Conforme explica Reis, (1991, p 74) “[...] não é que a morte e os mortos nunca inspirassem temor”, contudo, o que causava medo em um contemporâneo daqueles dias não era deixar de viver, mas, morrer subitamente sem ter a chance de realizar os mandamentos de uma boa morte, provavelmente tão apavorante quanto à idéia de morrer, para muitos de nós, hoje. Aries (1977 p 20), escreve que: “pouco importa que fosse inocente, a sua morte súbita marca-o como uma maldição”.

É, segundo Philippe Aries (1977, p 16) com a modernidade, no início do século XVIII, que observadores letrados que não acreditavam na ideologia de uma morte que se anuncia, acentuam o caráter “FANTÁSTICO” dos pressentimentos considerados, a partir de então, como superstições populares. Marcando com isto, a dicotomia entre os homens letrados, em geral os clérigos, e a sociedade tradicional cujos indivíduos que estivessem fora da igreja cristã eram tidos como pagãos. Contudo este costume¹⁹ que hoje denominamos como velório, que da antiguidade até o século XVII se iniciava com o anúncio e a aceitação da morte pelo moribundo, está minimizado na forma em que se processa hoje, pois em seu início não há mais nem o anúncio nem a morte assistida e menos, ainda, a pompa verificada no cortejo fúnebre Barroco no século XVIII, este ritual, já faz algum tempo, está deixando de ocorrer nas residências em que moravam os mortos em função do quanto se alimenta a ideia de que a morte e tudo que a ela remeta deve permanecer distante possível do convívio social. Contemporaneamente há uma urgência de que tudo se processe no menor tempo possível para que sejam evitados dor e desespero.

A morte nos é estranha, no modo como nos relacionamos e como nos referimos a ela. Tornamos a “*morte selvagem*”²⁰ retirando-a do nosso cotidiano mesmo que ela seja inevitável. Mas como seria a morte domada? Em “O Homem Perante A Morte” Philippe Aires (1977) fala de um tempo anacrônico bem distante da atualidade em que morrer era tão natural, no sentido de ser só mais uma característica presente no ciclo da vida, quanto viver. Onde o pesar da vida estava,

¹⁹ Segundo Eric Hobsbawm (1984, p 10) O costume tem por função: “ Dar a qualquer mudança desejada (ou resistência a inovação) a sanção de precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história.” (A invenção das tradições / Organização de Eric Hobsbawm e Terence Ranger; tradução de Celina Cardim Cavalcanti – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.)

²⁰ Expressão cunhada por Philippe Aries para designar um momento de transição na mentalidade e no costume de velar e enterrar os mortos, saindo da manifestação pública para a cerimônia íntima e individualizada.

portanto, associado à simples aceitação da morte próxima, que segundo Aries (1977, p 25) “está ligado à familiaridade com a morte, numa relação que permanecerá constante através dos tempos”. Ainda que morrer não fosse algo procurado pelos contemporâneos daquele tempo e que a fronteira entre o natural e o sobrenatural fosse incerta, tinha-se a morte como o final de um ciclo existencial no qual, parece, não havia ou não era manifesto um o apego tão desesperado pela vida. É o que se depreende deste trecho descrito por Aries (1977)

Em Espoletto vivia uma bonita rapariga, jovem, vaidosa, muito ligada aos prazeres da sua idade. A doença vence-a repentinamente.[...]A *juvencula* do século xv, essa, compreendeu imediatamente que ia morrer (*cum cerneret, infelix juvencula, de próxima sibi imminere mortem*). Viu a morte próxima. Revolta-se, mas todavia a sua revolta não toma a forma de uma recusa da morte (não faz ideia disso), mas de um desafio a Deus. (ARIES,1977 p. 17)

Isto me parece muito estranho. O tabu em que a morte se transformou é resultado das transformações ideológicas, sociais, econômicas e políticas que influenciaram as gerações através dos séculos principalmente com a difusão do cristianismo pelo mundo. É a partir das transformações ocorridas na metodologia e na difusão da fé cristã que o costume inicia um declínio no uso.

A morte assim anunciada não é encarada como um bem da alma como propunham séculos de literatura cristã, desde os Padres da Igreja até aos humanistas devotos: a morte comum e ideal da alta Idade Média não é uma morte especificamente cristã. (ARIES 1977, p. 22)

Este é um efeito direto do que fora referido anteriormente e a *morte especificamente cristã* vai aos poucos, mas irreversivelmente, moldando-se a mentalidade iluminista onde, segundo Reis (1991, p 74): “Os homens mudam o comportamento diante da morte e também diante dos mortos”.

É cristão e socialmente ocidental todo o nosso ritual fúnebre. Justamente por estar relacionada diretamente com o sobrenatural, o sagrado. A morte e tudo mais que a cerca está ligada às atividades religiosas dirigidas, no nosso caso, pelos preceitos cristãos. Tome-se como exemplo a disposição do corpo morto. O ritual adotado na disposição do morto é uma prática cristã que, mesmo em culturas diferentes do ponto de vista religioso, está assimilado, atravessa os séculos da história e permanece até nossos dias como um cânone cujo porquê não se discute. Todavia, por que não enterramos os mortos em outra posição? Aqui, a exemplo de outras regiões, onde se tem por costume ou necessidade a realização do velório na casa onde morava o morto, o senso comum explica ou interpreta o ato de se dispor

o defunto com os pés voltados para a rua como uma prática capaz eliminar, pelo menos momentaneamente, a ameaça da morte, e seus agouros, no local onde o morto esteja sendo velado. Contudo esta prática remonta a séculos de história e sua representação é assim demonstrada por Aries (1977, p. 24).

É esta a atitude ritual dos jacentes: o moribundo, segundo Guillaume Durand, deve deitar-se de costas a fim de que o seu rosto olhe sempre para o céu. O jacente manteve durante muito tempo na sepultura a orientação para leste, para Jerusalém. «Deve enterrar-se o morto de modo que a sua cabeça fique voltada para o ocidente e os pés para o oriente.» (ARIES,1977, p. 24).

Percebe-se que se reproduzem os ritos fúnebres de forma automática sem que sejam questionados os itens ou etapas que compõem a prática, sem que saibamos seus significados, quais as suas importâncias na alegoria e para as pessoas que as praticam. Mas o que isso tem de questionável? A cristalização de comportamentos que por se tornarem “costume”, podem perpetuar uma prática indicando que não há outras possibilidades ou simplesmente porque não é relevante ou seria, a simples aceitação de uma “tradição inventada” que Hobsbawn e Ranger, descrevem como sendo:

[...] um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWN E RANGER,1984, p 9).

Quando pensamos que os enterramentos foram proibidos de se realizarem no interior das igrejas, várias indagações podem ser levantadas no sentido de nos permitirem entender como se processava esta relação entre vivos e mortos. Só depois da proibição foram criados os cemitérios? E antes das igrejas, onde eram enterrados os mortos? Todo mundo tinha o mesmo direito? Por que foi proibida a prática? O trabalho de Philippe Aries (1977) nos oferece respostas bastante coerentes e instigantes a estas questões.

Do ponto de Ocidental, os enterramentos são uma prática social criada para dar destino aos mortos. Concordo com as reflexões de Maristela Carneiro (2007, p 169) quando declara que:

Mesmo não sendo no mesmo formato dos cemitérios atuais, nos tempos pré-cristãos já existiam sítios de sepultamentos, como as pirâmides egípcias, as necrópoles de Tebas e Mênfis, a via sagrada em Atenas, totalmente ladeada de túmulos, e as sepulturas nas montanhas, dos hebreus.”

Logo, o local destinado à efetivação dos enterramentos, o qual hoje denominamos cemitério, é anterior ao cristianismo e, nesta mesma ordem, a orientação para que fosse afastado dos centros urbanos o acompanha.

Segundo o comentário do jurisconsulto Paulo: «Nenhum cadáver deve ser colocado na cidade, para que os *sacra* da cidade não sejam manchados. [...] a afirmação traduz bem a intolerância dos vivos.[...]»

Os cristãos seguiram, no início, os costumes do seu tempo e partilharam as opiniões correntes a respeito dos mortos. Foram enterrados primeiramente nas mesmas necrópoles que os pagãos, depois ao lado dos pagãos em cemitérios separados, sempre fora da cidade.(Aries 1977, p 41,42)

Quanto a quem podia ser enterrado dentro das igrejas, Philippe Aries (1977), recorre aos concílios que eram os decretos que regulavam – e ainda o fazem – as ações da igreja católica para referir-se a proibição da prática indiscriminada de enterramentos no interior das igrejas: “*No se enterrará á nadie en las Iglesias, sino fuera y ao rededor de sus paredes,[...] á causa del respeto que es debido á los corpos de los Santos Mártires que yacen en nellas*”(Los sacrosantos concilios – Generales y particulares tomo II, 1793 p 372) .

É interessante perceber que, conforme já citado, todos eram enterrados fora das cidades, nobres ou não, ainda que fossem separados os locais destinados a estes ou aqueles dentro do cemitério. Os únicos que gozavam da prerrogativa de serem enterrados no interior das igrejas eram os homens considerados santos e/ou mártires²¹. A sepultura, destes, precede o processo que vai instalar a prática de enterramentos nas igrejas. No século VI, além dos enterramentos que já eram praticados ao redor das igrejas, inicia-se o hábito de se erguer capelas em homenagem aos santos e mártires sepultados no interior destas igrejas, isto em função da sensação de que quanto mais próximo do santo a pessoa era enterrada mais protegido estaria, bem como se havia garantida a ressurreição do indivíduo, corroborando com o que esclarece Maristela Carneiro (2012, p 33, 34) “[...] foi difundida a prática dos enterros dentro ou nas proximidades das igrejas, *ad sanctos*, apoiando-se na crença de que tal proximidade com as santidades ou mesmo suas relíquias, facilitava a passagem a um mundo extraterreno, assegurando a salvação da alma.” Este fato levava peregrinações de fiéis e devotos aos cemitérios, então era

²¹ Santos eram os clérigos que exerciam o compromisso com a fé cristã da forma mais fidedigna possível em estado de oração, justiça, bondade e caridade constantes; os mártires foram todos que sucumbiram (foram mortos) em defesa ou por pertencerem à fé cristã referendada pelo catolicismo.

construída uma basílica ao largo do cemitério para onde eram transferidos os restos mortais dos santos.

Ainda assim, esta prática ocorria fora dos centros urbanos. Ela vai alcançar o interior das igrejas, nas cidades, porque ao redor dos cemitérios instalaram-se as periferias em função da expansão destas cidades, estas periferias transformavam-se em centros urbanos de maneira que chegou um momento em que, conforme explica Aries, (1997, 48) “[...] a distinção entre o subúrbio, onde se enterrava desde os tempos-imemoriais, e a cidade, sempre interdita às sepulturas, desapareceu.”

As diferenças de destino funerário entre a igreja catedral e a igreja cemiterial deviam então apagar-se. Os mortos, já misturados com os habitantes dos bairros pobres suburbanos, foram deste modo introduzidos no coração histórico das cidades: a partir de então, deixou de haver em parte alguma igreja que não recebesse sepulturas nos seus muros e que não estivesse junto a um cemitério. A relação osmótica entre a igreja e o cemitério está definitivamente estabelecida. (Aries, 1977, p 50)

Esse tempo que marca as atitudes do homem perante a morte e que insere os rituais que dão vida a alegoria da celebração da morte, segundo Aries (1977, p 41) tem um recorte definido na história “[...] aparece nitidamente cerca do século V d. C. muito diferente das que a tinham precedido, e desaparece no final do século XVIII sem deixar vestígios nos nossos costumes contemporâneos.”

Os vestígios a que se refere o autor são justamente aqueles que compunham a alegoria da celebração: O toque da morte (aviso), os ritos de encomendação da alma, a plateia e a espera do momento final. Uma das marcas deste novo relacionamento com a morte, que se instalará está na saída dos enterramentos do interior das igrejas. Modos mais simples nos rituais de enterramentos vão ser introduzidos, os avanços científicos e tecnológicos trarão outras expectativas de viver, o indivíduo passa a viver mais e até certo ponto melhor, iniciando-se assim uma outra relação com o evento morte. Uma relação de afastamento, repulsa, medo. A morte, a partir do século XVIII, agora assombra novamente por outras motivações. Não pelo seu caráter sobrenatural, mas pela nossa gana de viver e pela forma tão fácil com que ela se apresenta. A morte torna-se selvagem, quando perde o caráter de familiaridade com a sociedade e se apresenta como um tabu.

Os cemitérios retornam aos arredores mais afastados da cidade; os enterramentos dentro das igrejas, que como vimos não eram permitidos da forma que se impuseram, são finalmente proibidos. Inicia-se – ou é retomada - uma fase de distanciamento do espaço cemiterial que perdura desde as primeiras décadas do século XVIII até os dias de hoje. Suas principais referências são a dor, o sofrimento e o esquecimento embora que este guarde em sua essência o desejo da perpetuação da memória do indivíduo, de um lugar, de uma sociedade em um determinado tempo.

Tal qual o velório, os cemitérios também foram reconfigurados ao longo da história. Se a partir de 1850 o Soledade marca o início de uma nova mentalidade, no sentido de tornar comum o destino dado a todos os mortos, em Belém do Pará, a mentalidade anterior que enterrava seus mortos no interior das igrejas, imprimiu suas marcas dentro desta nova e imposta relação, reproduzindo todo o seu repertório que estará evidenciado na ornamentação que homenageia e/ou devota seus mortos e que se fazem perceber nos monumentos existentes no Soledade.

Figura 4: Interior do Soledade



Fonte: Acervo da pesquisa

Entretanto, ao longo do tempo, na medida em que nos distanciamos dos sentidos abstratos e filosóficos da morte, vencidos pela razão, pela praticidade e pela urgência da vida contemporânea, este passar do tempo é perfeitamente visível quando tomamos os cemitérios como referências materiais das transformações que marcam as relações sociais estabelecidas em um tempo e espaço. Um tempo que adquire sua materialidade pelas representações produzidas pelos os indivíduos que transformaram o espaço. O contínuo desdobramento da história nos revela que toda prática por mais duradoura que se apresente, sofrerá as transformações impostas pelo tempo, pelas gerações e por outras formas de pensar. É o que se pode abstrair

destas imagens que nos permitem visualizar 164 anos de lentas, mas, efetivas mudanças no espaço cemitérial da capital belenense.

Cemitério Santa Izabel (1890) – do centro lado esquerdo para frente. Neste intervalo a imagem mostra a presença de monumentos e elementos artísticos de caráter religioso que deixa evidente a estreita relação entre a morte e ao que se designa por sagrado.

Figura 5: Cemitério Santa Izabel



Fonte: Acervo da pesquisa

Cemitério Santa Izabel – do centro lado esquerdo para o fundo. Neste intervalo não há mais a presença de monumentos e de elementos artísticos. Uma das experiências que podem ser vivenciadas no Santa Izabel e a de perceber o movimento de transição do cemitério monumental para uma tipologia tumular menos suntuosas para reverenciar os mortos.

Figura 6: cemitério Santa Izabel, fundos



Fonte: Acervo da pesquisa

Cemitério São Jorge (inauguração 1959) – Frente. Cemitério já sem nenhuma influência da monumentalidade e de uma arte mais complexa ou filosófica, praticada no espaço cemiterial até as primeiras décadas do século XX e que foram

substituídas por uma representação tumular predominantemente menos suntuosa, até mesmo para famílias com boa condição econômica. Contudo o cemitério São Jorge está presente uma característica que a muito não considerava. A quadra reservada ao sepultamento de menores, uma exclusividade em desuso provavelmente, mas uma excelente proposta para a reflexão a cerca de que verdade mitológica justificaria esta prática.

Figura 7: Cemitério são Jorge, frente



Fonte: Acervo da pesquisa

Cemitério São Jorge – fundos. Este intervalo, assim como em toda a extensão do cemitério, mantém a característica de uniformidade na simplicidade dos túmulos.

Figura 8: Cemitério São Jorge



Fonte: Acervo da pesquisa

A mais recente transformação que pode ser verificada na configuração do espaço cimiterial, em Belém mais precisamente em sua área metropolitana, é a representação de um lugar onde a sensação de tranquilidade, recolhimento e paz é levado ao extremo no que diz respeito ao conjunto de sua paisagem. Neste ambiente a representação tumular se reduziu a uma lapide homogênea seguindo o mesmo conceito linear da paisagem, onde não é mais possível, de maneira

imediate, se fazer algum tipo de avaliação individualizada sobre os que estão enterrados nesta nova tipologia cemitérial cuja denominação de Cemitérios Parque.

A palavra “parque”, no Brasil, possui diversos significados, contudo os sentidos mais percebidos em relação ao termo são aqueles voltados para o lazer e o entretenimento e, mais recentemente, aquele que remete ao tema proteção ambiental, os quais, segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1993, p 1273) estão assim referenciados: “Jardim público arborizado”; “Local geralmente cercado e dotado de instalações próprias para a recreação de crianças”; “Região natural que o governo de um país põe sobre a proteção do estado a fim de conservar fauna e flora, como defesa as devastações feitas pelo homem”. Contudo, se pode encontrar outras referências, significados do tipo:

“parque. s. m. Terreno acotado de gran extensión, com plantas y árboles, destinado a usos diversos, especialmente a pasear, a menudo tiene una zona com atracciones (columpios, toboganes, etc) para que los niños puedan jugar y entretenerse.”; “Lugar que dispone de instalaciones y servicios destinados a um uso determinado.” “Recinto en el que hay variedad de atracciones, espetáculos, juegos y aparatos mecánicos par a divertirse; para acceder a él debe pagarse uma entrada; [...](Disponível em <http://es.thefreedictionary.com/parque>, acessado em 09/12/2014 às 13h15)

Do conjunto de significados acima citados, se pode extrair que aquele (significado) em que o uso está mais adequado a relação com um cemitério é o que possui o seguinte entendimento: “lugar que dispõe de instalações e serviços destinados a um uso determinado” (tradução minha). Depreende-se que vários lugares podem assumir a nomenclatura “parque”, porém, quando aplicado ao Cemitério, se pode considerar que esteja em referência as suas características paisagísticas posto que seu “uso determinado”, os enterramentos, não se propõem como objeto de entretenimento, descontração ou lazer, que são as apreensões mais cotidianas para o termo “parque” e que aparecem na maioria das outras referências.

Cemitério Parque Recanto da Saudade (fundação 1982). Aqui a homogeneidade e a horizontalidade são palavras de ordem. Nenhum apelo; nenhum drama somente um ponto à memória²², marcando de maneira contundente o processo de transformação que acompanha a história do espaço cemitérial e mais ainda, a mentalidade social no que diz respeito homenagem aos mortos.

²² Fundado em 1982, o Recanto da Saudade é o primeiro cemitério parque da área metropolitana de Belém.

Figura 9: Cemitério Recanto da Saudade



Fonte: Acervo da pesquisa

Certamente a percepção destas mudanças não excluem a utilização do Santa Izabel e do São Jorge. Os três cemitérios apresentados estão em plena atividade, contudo é indiscutível a tendência de que o espaço cemiterial contemporâneo, em Belém, assuma uma característica de cemitérios parque, tendo em vista que: esta cada vez mais em desuso a utilização da arte tumular; a proposta é extremamente eficiente no que diz respeito a uma mudança na mentalidade contemporânea na relação de afastamento do indivíduo com o evento morte e tudo que possa indicar-lhe a presença; pela ação menos impactante que causa no indivíduo a experiência visual e presencial destes novos espaços. Por enquanto esta nomenclatura se dá mais pela referência a um espaço que remete a tranquilidade, nada tendo de um espaço voltado ao entretenimento e ao lazer como pode sugerir, mais cotidianamente, a palavra parque.

O Soledade com sua, ainda, visível importância para a história e a memória de Belém, é uma influência direta da tradição francesa, incorporada aos nossos costumes no que diz respeito a reverência que dedicamos aos mortos, na mesma proporção que é de inspiração francesa as motivações para a proteção do cemitério como patrimônio. A proposta do poder público em tornar o Soledade um parque, não pode negligenciar a interpretação que lhe atribui à sociedade belenense, sob pena de investir de maneira inadequada e ineficiente quanto a sua finalidade e uso disponibilizados ao usufruto do cidadão.

4 – O CEMITÉRIO DA SOLEDADE NO CONTEXTO DA CIDADE DE BELÉM

Antes de iniciar a reflexão sobre as potencialidades de um consumo do bem cultural que é o cemitério da Soledade, se faz necessário deixar claro o ponto de vista que será abordado o termo “consumo” neste trabalho. Consumo, cuja interpretação massificada que se atribuí à palavra, esta ligada semanticamente aos termos “consumir” no sentido de gastar; adquirir bens de consumo ou de produção; e “consumo” entendido como: o ato de consumir, de gastar; uso de mercadorias e serviços para a satisfação de necessidades e desejos humanos (FERREIRA, 2011)²³ soa como uma agressão ao patrimônio e ao que o cemitério da Soledade possa representar para a sociedade belenense. Seria como olhar o patrimônio cultural, e no caso específico o cemitério da Soledade, como uma mercadoria dentro da relação de compra e venda, demanda oferta. Entretanto, esta ambiguidade, na compreensão do termo consumo, é oriunda da própria etimologia da palavra que se utiliza de um termo latino e outro inglês no processo de construção do termo. É o que se depreende a partir do que declaram BARBOSA e CAMPBELL (2006, p 21)

Consumo deriva do latim *consumere*, que significa usar tudo, esgotar e destruir; e do termo inglês *consummation*, que significa somar e adicionar. No Brasil, o significado do termo *consumo* ficou mais próximo da primeira dimensão, que tem sentido negativo, [...]

Compreende-se, portanto, porque a palavra consumo desperta inquietudes quando utilizada em relação ao campo do patrimônio cultural. Um campo que, a primeira vista, não estaria regulado pelo capital de uma economia de mercado; cujo retorno não se apresenta na forma de valor econômico direto. Contudo, e de acordo com o pensamento de Henrique Sá da Nova (2007, p 59), o consumo se consolidou como prática cultural, para além do fato econômico, de se constituir em aspecto imprescindível à estabilidade e retroalimentação da produção capitalista. Contemporaneamente o capitalismo já não esta estruturado somente como um sistema produtor de bens materiais, mas, também já se impôs ao cenário simbólico da sociedade.

O caráter exclusivo de um sistema produtor de bens materiais, desde muito, é origem e não realidade contemporânea do capitalismo. Este, ao se ampliar, ocupou todos os espaços sociais, inclusive o ambiente simbólico,

²³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário escolar da língua portuguesa 2ª ed. Nova Fronteira 2011.

seja na produção de bens culturais ou na configuração da lógica da interação social. (NOVA, 200, p 60)

Pensar o consumo no contexto do patrimônio edificado e/ou o monumental, como no caso do cemitério da Soledade, se configura como uma tarefa bastante complexa no sentido de que não podemos conceber algum desses patrimônios em uma relação de compra e venda. O consumo aqui verificado consiste no fato de uma apreensão, a partir do acesso, por parte do indivíduo frequentador, assíduo ou ocasional, destes lugares. Depende ainda, da qualidade do que foi apreendido, pois, reside nesta relação uma espécie de reciprocidade onde o indivíduo tanto recebe quanto deixa impressões no patrimônio. Não se pode, todavia, esquecer que este encontro, patrimônio cultural/indivíduo, deve contar com uma mediação crítica e profissional com o objetivo de não transformar o contato com o patrimônio cultural institucionalizado em um trauma. Pelo que se conclui na verificação da necessidade de ações voltadas para a educação patrimonial, considerando, como ensina Chauí, (1995) um cenário onde cada vez mais se entende a cultura como lazer entretenimento. Adicione-se a estas linhas introdutórias uma questão central no tratamento com o patrimônio cultural: a cidadania estando ligada, também, a uma ideia de pertencimento a uma comunidade, o acionamento de uma identidade. Isto corrobora com as análises de Taschner (2010, p 49) ao refletir sobre “O reconhecimento do indivíduo como cidadão”:

Nas sociedades contemporâneas ocidentais ou ocidentalizadas, o consumo - especialmente o de determinados itens – é um mecanismo de integração social, no sentido de que a posse de determinados produtos e o acesso a determinados serviços tornaram-se instrumentos para a construção e reforço de identidades sociais e, em decorrência, para o reconhecimento de um indivíduo como cidadão.

Isto traz a tona uma problemática que engloba uma gama de elementos conceituais que estão no cerne da produção e do consumo de bens simbólicos ambos moventes, no sentido de não admitirem a instalação de uma hegemonia cultural, no âmbito da indústria cultural que se desdobra para estar em sintonia com o sentido antropológico de cultura o qual esta diretamente relacionado a gostos e hábitos e que se coaduna perfeitamente com as aspirações deste trabalho. Segundo Rocha (2013, p 46),

A modernidade assistiu ao surgimento das categorias “erudito” e “popular” como trincheiras simbólicas que serviram, durante muito tempo, para diferenciar a produção cultural consagrada daquela incapaz de dotar os

seus consumidores dos signos de distinção tão preciosos em uma sociedade de crescente mobilidade e anonimato.

Durante muito tempo, principalmente no século XIX, os termos “erudito” e “popular” entendidos, respectivamente, por alta e baixa cultura, serviram como demarcadores de distinção, entre burgueses e a classe média, representada pelos indivíduos que já dispunham de alguma riqueza e disputavam prestígio e poder nas cidades. Em meio a este contexto e após dois séculos de constantes e profundas transformações no campo cultural, passando pelo nacionalismo, pelo tropicalismo por exemplo, o Brasil, nas palavras de Rocha (2013, p 59) vem atuando:

[...] em favor do enfraquecimento de uma concepção modernista de belas artes e do fortalecimento de uma noção ampliada que contempla não apenas as produções mais tradicionais da cultura popular, mas aquelas que se utilizam de linguagens e influências mais contemporâneas.

Assim, mesmo que as discussões sobre alta cultura e baixa cultura tenham perdido suas urgências, enquanto matéria para a classificação dos tipos de bens culturais acessíveis as diferentes classes sociais que compõem uma sociedade, e que o consumo, enquanto prática histórica e socialmente institucionalizada em função de que, “toda e qualquer sociedade faz uso do universo material a sua volta para se reproduzir física e socialmente” (Barbosa e Campbell 2006, p 22), é o combustível para a lógica de mercado cuja prática se impõe, indistintamente, em um sistema de trocas sociais, materiais ou simbólicas, as políticas que implementam o status de bem cultural e de patrimônio cultural institucionalizados, ainda reclamam por uma *aura*²⁴, um fetiche.

Estas características, dentre outras, ainda compõem o patrimônio, mas, uma aparente hegemonia verificada pela expansão sofrida no conceito de consumo, que para além dos aspectos físicos e sociais, “também nos auxiliam na descoberta ou na constituição de nossa subjetividade e identidade” (Barbosa, Campbell 2011, p 22), tende a tornar a relação, com este patrimônio, mais acessível.

Restou claro na pesquisa bibliográfica, uma grande dificuldade em se definir o termo consumo. Mais difícil, ainda relacioná-lo ao patrimônio institucionalizado representado por um cemitério, tendo em vista que há uma vasta

²⁴Termo utilizado por Walter Benjamin no ensaio: *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Seria a característica que torna a obra de arte única, a experiência da contemplação “aqui e agora”. Para além do artístico, o autor revela as consequências dessa revolução para os campos social e político.

produção sobre o tema consumo, mas, analisado com ênfase na satisfação de necessidades materiais e biológicas do indivíduo as quais são interpretadas por teóricos como, Bauman e Bourdieu, por exemplo, que procuram explicar as relações que estruturam e se estabelecem a cerca dos conceitos de cultura de consumo ou sociedade de consumo de bens materiais, signos e serviços, onde a relação com o patrimônio, que é o cerne deste trabalho, aparece de maneira subentendida nas reflexões.

A etimologia do termo consumo não ajuda muito na tentativa de ligá-lo ao patrimônio cultural, pois é um tanto negligente na explicação dos componentes que formam a palavra. O que se percebe é o processo de formação do termo enquanto que seu significado parece um pouco distante da proposta aqui discutida.

Não fosse certa teimosia de principiante e uma boa dose de coragem na orientação, o termo consumo seria substituído neste trabalho, o problema seria outro e me restaria um pouco de ressentimento acadêmico. É neste contexto que me foi pedido para conceituar o que eu entendo por “*bem cultural consumível*”, trecho presente no título e no problema que norteia toda esta pesquisa, cuja elaboração foi concebida conforme descrito no parágrafo abaixo.

Um “bem cultural consumível”, sob a perspectiva de patrimônio cultural e em função de um olhar museológico²⁵ comprometido com uma proposta de expansão, é aquele que, para justificar a sua institucionalização para fins de preservação e permanência, precisa fazer sentido, ter um significado, fomentar, nos indivíduos da sociedade em que está inserido, o sentimento de pertencimento. Deve também, pela perspectiva econômica, ser capaz de gerar recursos diretos como, por exemplo: a cobrança de ingresso para visitação; ou ainda, indiretamente, por haver-se inserido na rota turística do lugar, contribuir para a melhoria da qualidade de vida na cidade, quer pela captação de recursos ou pela capacidade de representar, ao maior número de cidadãos possível, a história, à memória e uma tendência identitária na relação indivíduo/sociedade/lugar.

Da análise feita, até aqui, do termo consumo voltado ao patrimônio cultural tendo por objeto de estudo o cemitério da Soledade, verifica-se que este

²⁵ A expressão está sendo empregada no sentido de tomar o Soledade como um objeto musealizado, para refletir sobre sua condição de mediador comunicacional com funções museais.

consumo, enquanto conceito sofreu um alargamento em seu significado. É, a percepção deste alargamento, transversal na interpretação que ofereço ao termo e que pode ser ratificado a partir da interpretação oferecida por Taschner²⁶ (2010, p 48):

O consumo é pensado [...] como o ato aquisitivo, a posse e o uso de bens e serviços, bem como seu significado para os atores sociais envolvidos. Não se trata apenas de um consumo material e imaterial. Trata-se também de um consumo de símbolos, portanto, um consumo cultural e social.

ratificando a ideia de que este consumo é concebido, ainda, como o modo pelo qual a apreensão do patrimônio, pelo indivíduo, vai contribuir para que se desenvolva ou que se aprimore o exercício da cidadania na própria pessoa o que, em termos de cultura politizada, como ensina Marilena Chaui (1995, p 71), consiste em “estimular o sentimento e a prática da cidadania participativa” .

Após esta contextualização na forma como o consumo é pensado neste trabalho, passo a apresentar o bem cultural que é o cemitério da Soledade. Proponho a divisão desta apresentação em dois momentos distintos, primeiro será abordado o cemitério da Soledade enquanto local de enterramentos para em seguida discorrer sobre este mesmo objeto cultural já resignificado e com status de patrimônio cultural.

4.1 - O CEMITÉRIO

Etimologicamente a palavra cemitério significa dormitório. Do grego *koimetérion*, “dormitório”; pelo lat. “*Coemeteriu*”, recinto onde se enterram e guardam os mortos (Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Nova Fronteira (1986 p 379). De forma mais didática o pesquisador Gabriel Perissé²⁷ explica que:

O elemento “-tério” é um pós positivo do grego que se refere ao local onde se realiza o que é expresso pelo ante positivo. O monastério é o lugar onde ficam os monges. O presbitério é o lugar onde ficam os anciãos (os presbíteros). E o cemitério é o lugar onde as pessoas dormem, porque o ante positivo do grego *koimétérion* (“lugar para dormir”) é o verbo *koiman* (“dormir”). (<http://palavrasedorigens.blogspot.com.br/2013/11/o-silencio-do-cemiterio.html> Acesso em 11/09/2014)

²⁶ Livre Docente em Sociologia do Consumo pela Universidade de São Paulo e Professora Titular do Departamento de Gestão Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

²⁷ Tradutor, doutor em Filosofia da Educação (USP)

Do ponto de vista acadêmico, o Soledade é um cemitério do tipo monumental em função da natureza afetiva de seu propósito que é essencial o que conforme Choay (1995 p 18) não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Datado de 1850, meados do século XIX, pode ser considerado como um verdadeiro sítio²⁸ arqueológico, histórico, artístico, antropológico onde se verifica farto material para fundamentar propostas de pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais donde se situa, também, a Museologia²⁹.

O Cemitério guarda em seu interior verdadeiras joias da arte funerária que, se por um lado encantam também causam estranhamento, por se tratarem de um pesar muito forte e suntuoso dedicado a uma pessoa. O que justifica o *tocar pela emoção* no que há de monumental no cemitério antigo.



O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas[...] ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.[...] sua *função antropológica*, constitui a essência do monumento. [...] diverso e variável [...] aos seus destinatários [...] aos seus gêneros e formas: túmulo, templo, arco do triunfo, estela, obelisco, totem.(CHOAY, 2006, p 18)

(Figura 10: Detalhe arte tumular, acervo da pesquisa)

Neste sentido o Soledade se impõe como um vestígio, um traço, uma marca de tradição secular. Esta tradição que teve decretado o seu fim a partir dos primeiros anos do século XIX, com a proibição dos enterramentos nas igrejas; a secularização dos cemitérios e as transformações nos costumes de um estado que se propõe laico. Abaixo exemplos dos monumentos que podem ser apreciados no Soledade.

²⁸ Na obra “Abordando o passado: uma introdução a arqueologia” de Mauro Viana Barreto, o autor identifica o termo como um dos elementos que compõem a cultura arqueológica, indica a localização espacial dos vestígios.

²⁹ De acordo com a Tabela de Áreas do Conhecimento do CAPES a Museologia pertence ao campo das Ciências Sociais Aplicadas I

Figuras 11, 12 e 13 : Detalhe monumento



Fonte das figuras11,12 e 13: Acervo da pesquisa

Podem ainda ser vistas outras representações menos suntuosas, mas não menos importantes, na composição do espaço. São as sepulturas dos menos afortunados daquele tempo, afinal o Soledade é o primeiro cemitério da capital paraense onde os mortos de todas as classes sociais vão ser enterrados juntos. Isto, é claro, não apagará a identidade política e nem o status social de cada um dos inumados afinal, um cemitério tradicional pode funcionar como estrato social da comunidade a que pertence. Tal qual na cidade dos vivos, é possível perceber e indicar, com alguma probabilidade de acerto, a classe social a que pertenceu, a profissão que exerceu determinado indivíduo, a partir do túmulo, morada eterna.

Figuras 14 e 15: Túmulos simples, acervo da pesquisa

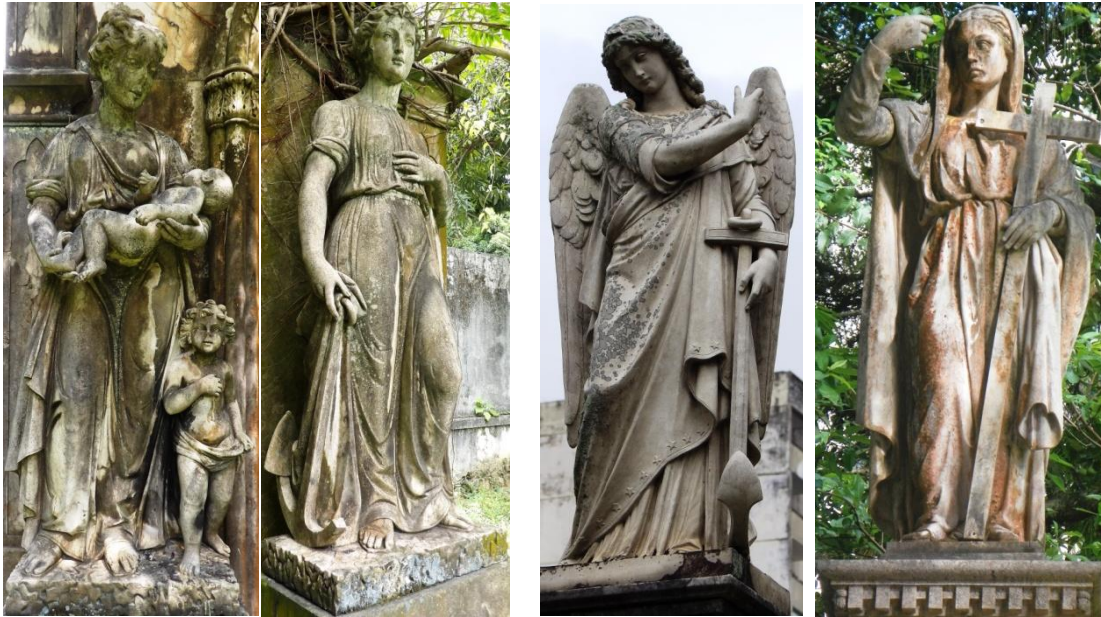




Fonte das figuras 14 e 15: Acervo da pesquisa

O Soledade já possui todas as características de um museu a céu aberto, que pressupõe um ambiente ao ar livre onde o acervo se compõe dos mais variados tipos de objetos, mas que estão coesos no seu todo representacional, tanto pelo próprio espaço, como em função da riqueza do acervo que lhe compõe, seja histórico, etnográfico, antropológico, arqueológico, museográfico, arquitetônico, artístico e/ou paisagístico, e mais ainda, existe a relação entre sujeito e objeto onde ambos são afetados pelas consequências desta relação. O fato museal é presente no Soledade, falta-lhe apenas mais esta institucionalização para que as demais ações museológicas de conservação, de educação, de documentação, de pesquisa e comunicação, possam ser desenvolvidas de maneira sistemática e organizacional. A questão é que as obras estão em uma exposição permanente à ação do tempo e do vandalismo social, em todos os aspectos que esta expressão possa remeter, e se não forem cuidadas com responsabilidade e profissionalismo logo, literalmente, não sobrará pedra sobre pedra. Os sinais, mais que visíveis, já estão escancarados, como pode ser percebido nestas esculturas que compõem a riqueza ornamental de algumas sepulturas e mausoléus.

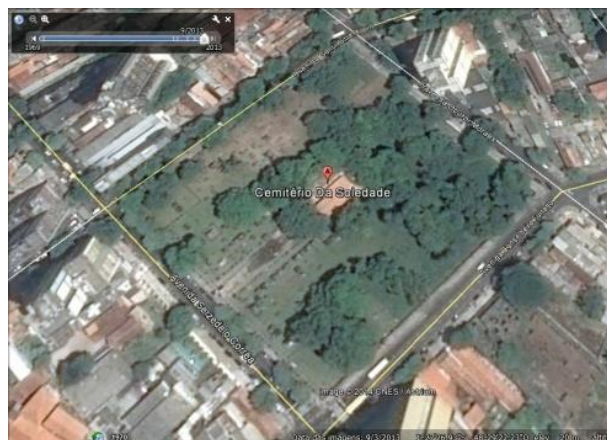
Figuras 16,17,18,19: Arte tumular



Fonte das figuras 16, 17, 18 e 19: Acervo da pesquisa

Encravado em plena área nobre da cidade de Belém do Pará, mais precisamente a Avenida Serzedelo Correa, entre Avenida Gentil Bittencourt e Avenida Conselheiro Furtado, tendo ao fundo a Travessa Doutor Mores, no bairro de Batista Campos, esta localizado o cemitério da Soledade, ocupando uma área de 22. 469, 75 m², onde o custo do metro quadrado de imóveis, novos, esta avaliado entre R\$5.600 e R\$6.000³⁰, conforme pode ser conferido no sítio web, www.consorciodeimoveis.com.br.

(Figura 20: capturada no sitio do Google eart em 10/09/2014 às 22h 50)



³⁰ Valores disponíveis para verificação no sitio www.consorciodeimoveis.com.br. (acesso em 10/09/2014 às 22h 45)

Após ser desativado em 1880 e com a expansão da cidade, o Soledade se vê parte integrante de um bairro central, cuja área passa a ser considerada nobre e, portanto, com grande potencial lucrativo ao investimento imobiliário. Este detalhe é o precursor da ação de tombamento do Soledade, cuja primeira tentativa se verificou no ano de 1948, por iniciativa do então representante do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Pará, (DPHAN-Pa), o Sr. Ernesto Cruz. Após 68 anos de sua desativação o Cemitério da Soledade foi ameaçado de ser destruído e sua área seria loteada para a construção de imóveis.

Este prejuízo a história da cidade só não se concretizou em função de manifestações dos parentes dos que jaziam no campo santo, populares e devotos das almas além do apoio da imprensa da capital do país, a época, que reclamavam contra a disposição da administração municipal em desapropriar o velho cemitério e transformar sua área em um bairro residencial. (recorte do jornal A NOITE, cópia que compõe o dossiê de tombamento do Soledade).

Por de traz de todo este contexto esconde-se um embate velado entre a vontade de preservação e a possibilidade de investimentos com a certeza de retorno positivo em se tratando de lucro econômico. Este embate reside tanto no cenário institucional quanto no interior da sociedade e as opiniões das duas vertentes são defendidas com entusiasmo.

Sem uma definição quanto ao uso, institucionalizado pelo poder público, contemporâneo do cemitério uma sensação, se não uma certeza, de abandono sobrevive mesmo antes de 1964, ano do tombamento do Soledade, as agressões do tempo e do vandalismo social que o açoitam dia após dia. Este vandalismo se traduz tanto pelas ações praticadas por indivíduos a estrutura física do objeto tais como: o arrombamento dos mausoléus, o furto, as pichações, quanto pela ausência de uma assistência eficiente e eficaz a ser efetivada pelo governo municipal, entidade pública responsável pela sua manutenção e segurança.

4.2 - O PATRIMÔNIO TOMBADO

Não se pode mais discutir o caráter patrimonial do Soledade uma vez que sua institucionalização é um fato consumado pelo tombamento a partir de um demanda da própria sociedade, em um dado momento na história da cidade, o que vai corroborando com a exigência do interesse público,³¹ condição sem a qual não se constitui, um bem cultural, em patrimônio histórico e artístico. Esta condição, em tese, gera responsabilidades jurídicas e imediatas à União, ao Estado e ao Município, pois, em cada um desses entes reside um dever de agir no sentido de coibir a ocorrência de danos ao patrimônio público. Ainda que em meio à sociedade local existam pontos de vistas contrários aos efeitos da política do tombamento, resta buscar cumprir a orientação legal, cuja tônica é a obrigatoriedade da preservação do patrimônio tombado, de outra forma, propor alterações na escrita da lei recorrendo ao Decreto lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941 o qual “Dispõe sobre [cancelamento de] tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (BRASIL, 2013, p.35). Desde que fique comprovado o interesse público, eis aí a possibilidade.

Por se tratar de um espaço edificado, o Cemitério da Soledade se constitui como um bem cultural de natureza material e, pelo fato de que sua conservação é considerada de interesse público em função de sua vinculação histórica, arqueológica e artística com a memória da sociedade brasileira, esta qualidade lhe autoriza a estar incorporado ao rol do patrimônio cultural brasileiro, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico, e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) coadunando-se com o que estabelece o decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, como se pode conferir nos artigos 1º e 4º do referido decreto.

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

[...]

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro livros do tomo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere ao art. 1º desta lei, a saber:

³¹ Ver o art. 1º do Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937.

1. no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular [...] (BRASIL, 2013, p. 25)

Além do reconhecimento como patrimônio cultural nacional o Soledade também é reconhecido como patrimônio cultural do município de Belém, instituído pela Lei Municipal nº 7709, de 18 de maio de 1994. Estas observações são necessárias no sentido de situar o caráter patrimonial do cemitério da Soledade, que é um objeto cultural institucionalizado pelo tombamento, que por sua vez, é o instrumento do estado³² que ratifica a institucionalização do bem como patrimônio cultural nacional e local. Implica também entender que, independente das opiniões de cunho pessoal que, em geral, desconhecem esta legislação e mesmo que com todas as melhores das intenções, na condição de patrimônio cultural tombado o Soledade tem sua manutenção regida por uma serie de critérios pré estabelecidos e que não podem ser desconsiderados em qualquer intervenção que por ventura se queira implementar naquele espaço, principalmente as intervenções que se pretendam aplicadas a estrutura física do bem, o que engloba as construções de alvenaria, os gradis e os túmulos visíveis ou não. Estendem-se estas observações, a área de entorno do cemitério que se encontra em processo de definição. Deduz-se, destas considerações, que seja muito complexa a administração de tal empreendimento que segundo o mesmo decreto em seu Art. 30 determina: “Compete aos municípios: [...] IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.” Câmara (2013). Infelizmente esta mesma complexidade ainda que necessária, mas extremamente burocrática, é pouco discutida no sentido de ter suas necessidades esclarecidas, podendo ser tomada como argumentação para justificar o visível estado de ruína, a que está submetido o cemitério da Soledade, o que é divergente da sua condição de patrimônio tombado e, portanto, protegido por lei.

Dotado de características de sociabilidade, podendo ser tomado como objeto de pesquisa em diferentes ramos das ciências sociais e humanas, localizado em área nobre e de fácil acesso, em perímetro de grande circulação de pessoas e urbanamente privilegiado, o Soledade dispõe de uma rede extensa de atrativos que o colocariam em um patamar de objeto catalisador para ações que o incluísse diretamente nos roteiros turísticos da cidade. Daí o argumento de que este

³² O termo está sendo utilizado no sentido de União, o estado brasileiro.

patrimônio contempla uma tendência a um consumo não tão restrito quanto ao que foi verificado nas pesquisas que fundamentam este trabalho.

Retomando as análises iniciais deste tópico, o consumo, enquanto atividade social, é carregado de pré concepções quando relacionado ao patrimônio cultural. Um estranhamento que pode ser entendido a partir da reflexão sugerida por Barbosa e Campbell (2006, p 34) em relação aos critérios de consumo “básico” e “supérfluo” que estabelecem a hierarquia das necessidades indicando o que vai do mínimo necessário para a reprodução física da espécie até as necessidades do espírito onde, os mesmos autores, tomam como exemplos para a segunda categoria: o prazer estético; o êxtase religioso. Mesmo entendendo que estes exemplos não são os únicos verificados no espaço cemiterial, considero que estão diretamente relacionados com o cemitério da Soledade pois são exemplos do que pude verificar naquele espaço e que, portanto, possuem suas práticas legitimadas, não pelo olhar do pesquisador mas pela presença, naquele lugar, de outros indivíduos em pleno saciar de uma necessidade. Deste modo ao que chamo de estranhamento Barbosa e Campbell (2006, p 36) esclarecem que “o interesse sociológico no consumo sempre esteve imbricado à crítica moral.[...] Do ponto de vista cultural, necessidades básicas são aquelas consideradas legítimas e cujo consumo não suscita culpa, pois podem ser justificadas moralmente.” Barbosa (2006, p 37)

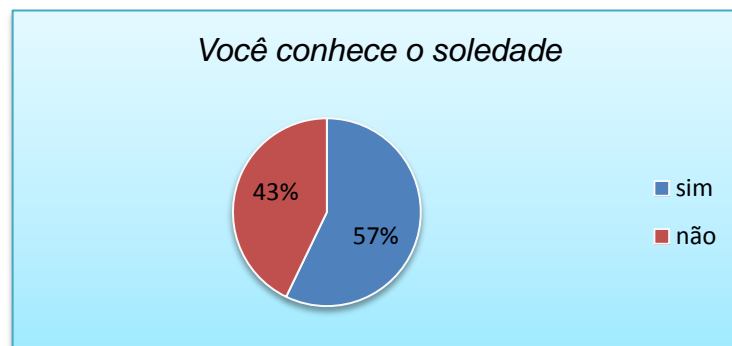
Nota-se aqui um problema: não sendo saciadas as necessidades básicas necessárias a manutenção dos cidadãos – comer, beber, vestir, morar, ir, vir, etc... - ficam marginalizadas as necessidades supérfluas em função de estarem associadas ao excesso e ao desejo. No entanto, esta marginalização considera que todos vivemos em um patamar de igual satisfação das necessidades consideradas básicas, entretanto, a classificação “supérflua” me parece um tanto quanto inapropriada para uma atitude muito particular verificada no modo como o público se relaciona com o Soledade e, portanto, com alto teor subjetivo uma vez que não me pareceu estarem com todas as necessidades básicas satisfeitas, aquelas pessoas que adentram no cemitério da Soledade para cumprirem um ritual que se mostra longe de ser supérfluo. Da observação implementada no Soledade, pude perceber a presença de pessoas representantes de todas as classes sociais e mais ainda, não há uma predominância de pessoas de classes menos abastadas, como se possa imaginar, até pela própria localização do Soledade. Em se tratando de

representações ideológicas, a ação de estar no Soledade é, antes, uma necessidade básica no que diz respeito as suas opções religiosas, e por que não dizer também, identitárias e memoriais.

Na expectativa de verificar como o Soledade é interpretado pela sociedade local, a partir do ponto de vista de não frequentadores, utilizei por metodologia a aplicação de 35 questionários, composto por questões abertas e fechadas em um total de 10 (dez) questões. O termo “cemitério” foi suprimido intencionalmente, no questionário, para que não fosse tomado como um referencial explícito, de modo a extrair respostas com o menor grau de indução possível, a mesma explicação se aplica a ausência do termo “patrimônio” no questionário. Aplicado a um publico adulto; em pleno exercício de produção profissional e que, portanto, consome e patrocina consumo. Ainda que o número de entrevistados não seja suficientemente abrangente para a demonstração de conclusões incontestes, os resultados. obtidos na aplicação destes questionários, apontam para uma tendência em ratificar as premissas que se impuseram como precursoras na busca de respostas as inquietudes que o Soledade suscita enquanto patrimônio cultural institucionalizado mas que, de alguma forma, sua primeira impressão é a característica de um objeto em desuso.

Quando tomadas como referenciais de análise, as questões, principalmente as fechadas, utilizadas no questionário apontam que: Antes de qualquer ação, o Soledade precisa ser apresentado à cidade como componente do patrimônio cultural; Poucas pessoas o tomam como bem cultural ou patrimônio. Pois, quando se perguntou: “*Você conhece o Soledade?*” para respostas de “*sim*” ou “*não*” foi gerada a seguinte demonstração gráfica:

Figura 21: Gráfico questão 01

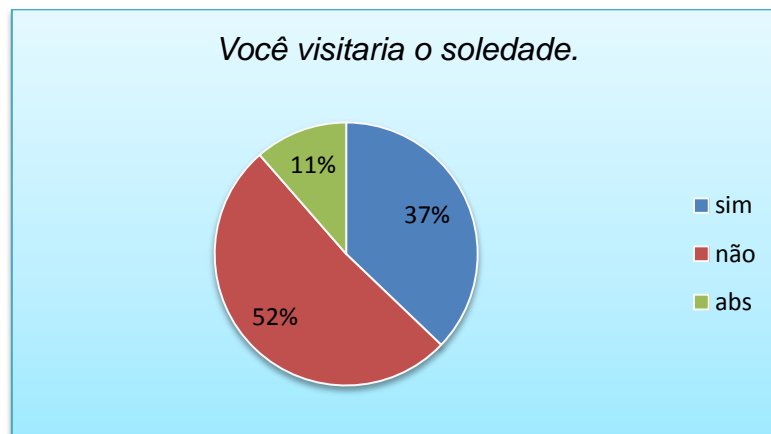


Fonte : Acervo da pesquisa

Ainda que o índice de respostas “*sim*” seja numericamente maior, vale resaltar que o índice negativo das respostas é, no mínimo, preocupante para a um bem cultural constituído como patrimônio de uma sociedade, ainda mais se for levado em consideração sua localização geográfica, sua importância histórica e sua existência secular.

A questão “*Você visitaria o Soledade*” que funcionou como uma sequência lógica no sentido de demonstrar se *conhecer* o Soledade tem potencial para motivar uma visita gerou as seguintes informações:

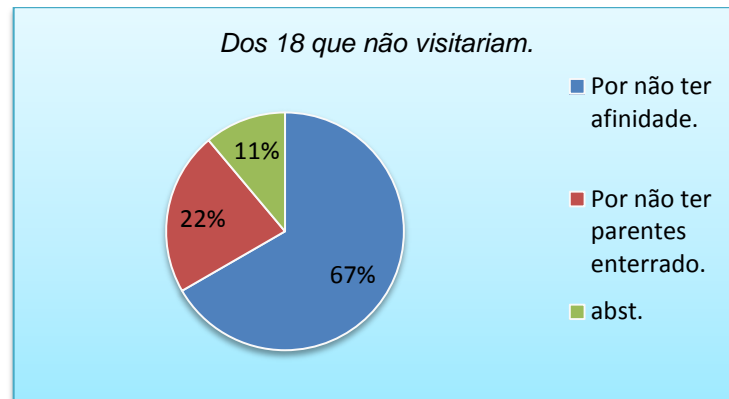
Figura 22: Gráfico questão 02



Fonte: Acervo da pesquisa

O índice negativo nas respostas, aponta para uma tendência de distanciamento entre o público e o espaço cemiterial. Isto se coloca ainda mais claro quando dos 18 entrevistados que responderam “*não*” a questão proposta, 67% declararam não ter nenhuma afinidade com o espaço enquanto 22% declararam que não visitariam o Soledade por não ter nenhum parente ali enterrado, conforme pode ser verificado no quadro abaixo.

FIGURA 23: Gráfico relacional questão 01 e 02



Fonte : Acervo da pesquisa

Estas análises dão conta de que é bem possível que parte da sociedade belenense ainda não desassociou o Soledade enquanto patrimônio cultural do cemitério da Soledade local exclusivo para enterramentos, pois, mesmo para os entrevistados que responderam “sim” para esta questão, a ideia de local exclusivo para enterramentos se fez presente em respostas do tipo: “Se tivesse alguém conhecido ou de minha família, eu iria visitá-lo para homenagear.” Por ser um local onde os familiares vão de alguma forma prestar os sentimentos ao seu ente querido.” Deste modo fica clara a necessidade de uma pesquisa mais abrangente com o objetivo de averiguar o quão extensa é a ocorrência desta característica. Outro ponto a destacar é a ocorrência expressiva de abstenções para um número de entrevistados relativamente pequeno. No universo de possibilidades para explicar a presença deste dado, prefiro admitir que sua ocorrência se deve ao fato de que os entrevistados se viram, pela primeira vez, instigados a refletir sobre o Soledade quer seja por uma outra lógica de relacionamento ou pela primeira real percepção daquele espaço que, embora visível, ainda não tinha sido percebido.

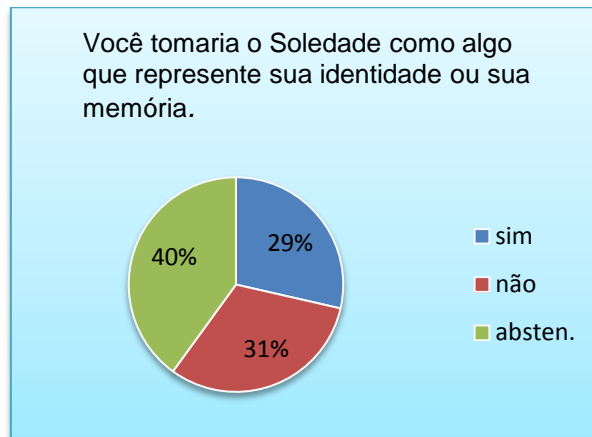
Com a pergunta “Como você vê o Soledade?” os entrevistados foram instigados a responder como enxergavam o Soledade, no sentido de manifestarem sua percepção acerca do espaço. Os entrevistados mantiveram a linha de pensar o Soledade como local exclusivo para enterramentos e de homenagens a entes queridos, mas, a partir desta questão surgem as primeiras ligações do Soledade com a história, com o patrimônio cultural de Belém, contudo ela também vai sinalizar aquilo que a população de maneira mais imediata percebe. O estado de abandono do bem. Isto fica bem marcado com respostas do tipo: “Abandono total”,

“Infelizmente não vejo com bons olhos pelo abandono em que se encontra”, “Como algo que as pessoas não têm interesse para melhorar o local”, “Abandonado!” “Hoje, só um espaço abandonado no centro da cidade”.

As respostas a questão “Na sua opinião, o que o Soledade é ou representa para a cidade de Belém”, reforçaram a ideia de uma representação histórica e patrimonial a partir de manifestações do tipo: “ Uma fonte de conhecimento para o povo em busca da história da cidade.” “Representa um grande patrimônio histórico pois dentro há peças que valem muito e valores sem preços.” mas também trouxeram pensamentos que bem mostram a diversidade de opiniões acerca daquilo que se elege como patrimônio e conseqüentemente como elemento de memória, identidade e representação social exemplificadas pelas seguintes manifestações: “Não representa nada, somente um lugar onde foi enterrado os mortos (em espaço de anos) até ficar lotado.” “Pra mim tinha que tirar do centro da cidade e fazer alguma coisa melhor.” O conflito, a contra opinião e os votos vencidos no jogo das escolhas que definem a instituição política de bens culturais e conseqüentemente o patrimônio cultural, são os componentes que integram um dos lados do embate político social que rege a dinâmica das transformações que se estabelecem no seio de uma sociedade e que impedem a instalação de uma hegemonia cultural. Opiniões de caráter político, ético e moral substanciadas pelas conveniências circunstanciais dos diferentes grupos que compõem o corpo social em uma época em um lugar, impedem a instalação desta hegemonia.

Quando se perguntou: “Você tomaria o Soledade como algo que represente sua identidade ou sua memória?”, se pode extrair das respostas que: Há uma convergência no sentido de pensar que poucas pessoas compreendem a mudança contextual do cemitério como local de enterramentos para local com status de representação de memórias, identidades, principalmente se somarmos os 40% das abstenções aos 31% das respostas “não. Estes 70% reforçam a indicação de um o alto índice de distanciamento entre um patrimônio cultural complexo, em sua representação social, e o indivíduo que o percebe.

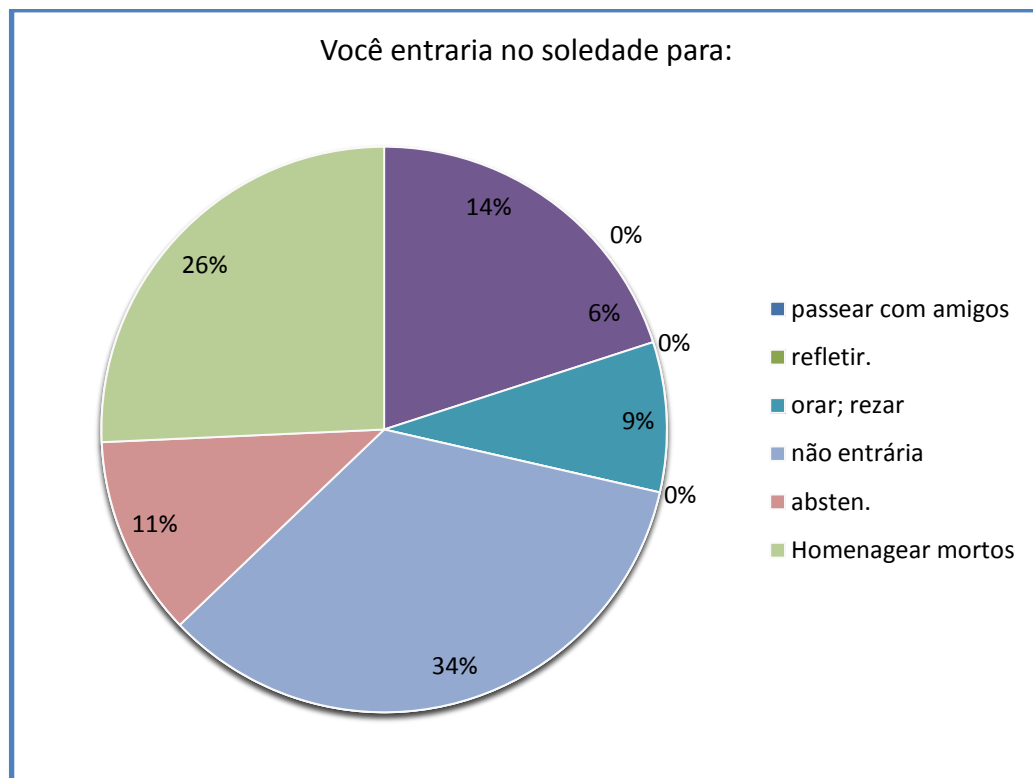
FIGURA 24: Gráfico questão 05



Fonte : Acervo da pesquisa

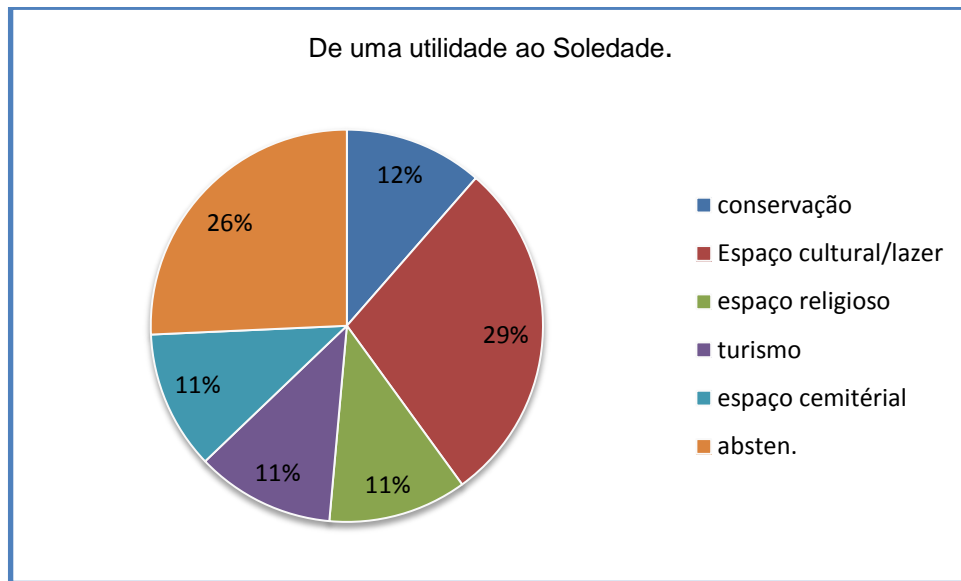
Dois questões foram introduzidas no questionário com o objetivo específico de extrair dos entrevistados uma proposta de consumo com características de lazer e entretenimento. Enquanto em uma, aos entrevistados, são colocadas opções diversas de usufruto do espaço cultural, em outra, estes, são instigados a proporem uma utilidade, um uso que considerem adequados ao Soledade.

FIGURA 25: Gráfico questão 07



Fonte : Acervo da pesquisa

FIGURA 26: Gráfico questão10



Fonte : Acervo da pesquisa

As sugestões do segundo gráfico foram separadas por categorias com as características daquilo que se fez presente na argumentação/resposta dos entrevistados e que representam de forma sintética as ideias proferidas, de maneira que se fizesse evidente o uso definido pela sociedade. Note-se que o percentual mais alto daria o uso de um espaço cultural voltado ao lazer, mas isto tem algo de contraditório porque na representação gráfica anterior as respostas “não entraria” somam um percentual de 34%. Se pode inferir, dentre outras possibilidades, que estes 34% não entrariam em função da associação direta de um cemitério com o temor da morte reafirmando uma leitura que diverge da condição institucional do Soledade enquanto patrimônio cultural. Já os 29% que sugeriram o uso do Soledade como espaço cultural voltado para o lazer não, devem tê-lo feito sem antes considerar uma reconfiguração do espaço o que estaria na contra mão dos critérios de conservação e preservação do patrimônio tombado. Esta inferência se mostra possível, em função das características verificadas na análise do conjunto de todas as respostas ao questionário as quais indicam que o lazer e o entretenimento não se mostram como uma opção a ser desenvolvida dentro do espaço cemitierial. Se pode ter como referencia a isto, a ausência de um percentual para os itens: “namorar” e “acompanhar as crianças para brincar”, presentes na representação gráfica e no questionário aplicado, mas aparecendo como uma opção de pouca relevância na análise do material colhido.

O Soledade possui potencialidades para alcançar um público capaz de usufruir do espaço, tomado por bem cultural consumível, pela prática da visita com vistas a conhecer e apropriar-se deste bem enquanto patrimônio eleito como representante de memória e constituinte de identidade, para tanto, precisa ser levado ao conhecimento do público sua atual representação, qual seja, o status de patrimônio cultural, coadunando-se com um dos objetivos da Nova Museologia, que seria buscar uma maior participação da sociedade nos processos de identificação e dos usos a serem definidos para os bens culturais que constituem o patrimônio cultural no mundo e no contexto da cidade de Belém do Pará.

5 - OS USOS E FORMAS DE CONSUMO ATUAIS DO SOLEDADE

A memória enquadra, retém e organiza a sequência de ocorrências no espaço e no tempo vivido é o que permite aos homens a consciência de si e a aprendizagem. Da memorização surge a capacidade de produzir e reproduzir pela retenção de experiências anteriores, alterando completamente toda a relação deste (homem) com a natureza onde ela mesma, ao ser manipulada, será transformada em objeto da cultura humana. Dito de outra forma por Joel Candau (2012, P 60):

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. [...] Não produz mais que[...] um pensamento sem duração, sem a lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si mesmo.

O objetivo primeiro de tudo aquilo que resulta da iniciativa de criação do homem é a capacidade de suprir uma necessidade. Seja do corpo ou do espírito toda a cultura³³ material e imaterial que o homem criou e cria, está para servir de resposta a sua capacidade de adaptação e superação das adversidades proporcionadas pelo meio ambiente e pelo meio social onde ele está inserido e é desafiado a sobreviver. É como assevera Terry Eagleton(1943, p 145): “O que dá origem a cultura, contudo, não é o significado, mas a necessidade.” Assim sendo, estas criações detêm, desde a sua concepção, o atributo da utilidade, um uso específico. Não há nada que tenha sido criado ou inventado pelo homem que não disponha desta qualidade de servir a uma finalidade específica. E o que me parece extremamente significativo nesta observação é que cada invento cada objeto produzido funciona como uma espécie de gatilho para disparar ou inspirar uma outra invenção ou um aperfeiçoamento da coisa inventada. Basta, para tanto, que observemos a velocidade com que certos produtos, na atualidade, são descartados em função do melhoramento, do aperfeiçoamento adicionado ao produto mais recente.

É possível admitir, portanto, o fato de que todo este processo de percepção, criação e produção experimentado pelo homem, transformado em uma cultura da permanência para o próprio homem, não acontece de um momento para o outro como pode nos sugerir o mundo quando passamos a percebê-lo, onde tudo

³³ Pensada aqui, genericamente, como o conjunto de todos os processos de criação e produção tomados pelo homem, os quais lhe garantem a sobrevivência e os desejos do espírito.

parece já estar pronto e que sempre foi assim do jeito que se apresenta. Por isso é de extrema importância que sejamos impelidos ao exercício do estranhamento, como uma estratégia de integração, para que possamos entender e interagir criticamente no meio em que estamos inseridos.

Este aprendizado é significativo no sentido de entendermos que o mundo é constantemente transformado pelas mudanças promovidas pelas relações sociais estabelecidas pelos mais variados grupos de cidadãos organizados sob diferentes formas de comportamento e mentalidades e em pleno uso de suas capacidades criativas e de produção, voltadas para a satisfação de conforto, alimentação, lazer, segurança, instrução, entretenimento, comunicação, saúde enfim, o provimento de necessidades, isso tudo com o auxílio dos objetos criados para darem suporte no alcance de tais intenções. É de se esperar que ao longo destas transformações vários objetos percam sua capacidade para suprir às necessidades do uso para o qual foram produzidos, tornando-se obsoletos pelo esgotamento de sua vida útil ou pela superação em função da criação de outro objeto mais completo e, portanto, mais eficaz ou pelo fim de determinada prática ou ainda por terem alcançado um alargamento conceitual em suas utilizações, galgando outra categoria representacional de função memorial onde encontramos os objetos monumentais. Neste sentido, Marcia Sant'Anna (Memória e Patrimônio. 2009, p 49) ensina que “é esta função memorial que está por trás da noção de monumento em seu sentido original.” Este termo (monumento) vai adquirindo novas interpretações onde a principal, neste trabalho, é a que hoje relacionamos com a noção de monumento histórico a qual denominamos patrimônio cultural.

Não se pode negar a percepção da herança de referenciais da mentalidade europeia, que aqui está sendo abordada somente no que diz respeito à salvaguarda do patrimônio, influenciam as tomadas de atitude das autoridades brasileiras quanto ao ordenamento e o controle das ações de proteção. Do mesmo modo que o desenvolvimento histórico das ações de proteção do patrimônio no Brasil é bem mais extensa e complexa do que possa parecer neste trabalho. Contudo posso considerar como marcos decisivos para a implementação de políticas de salvaguarda do patrimônio nacional, o qual tem como premissa o interesse público, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (SPHAN) através da Lei Nº 378 de 13 de janeiro de 1937 em seu art. 46. Onde lê-se: “Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; O Decreto-lei no. 25, de 30 de novembro de 1937. Que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; A ampliação do conceito de patrimônio cultural nacional instituído pelo texto constitucional de 1988 quando no art. 215 e seus incisos orienta que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Organizado de forma legal, a proteção do patrimônio no Brasil tem como primeira ferramenta o tombamento que se efetiva pela inscrição do bem cultural reconhecido, pelo estado, como patrimônio. A partir de então, os objetos uma vez concebidos e construídos pelo homem e que estejam enquadrados dentro da categoria patrimônio cultural tombado, não perdem o atributo da utilidade uma vez que, ao serem resignificados, mudam seu campo de utilização, recebem uma valoração vinculada, quase sempre, aos domínios estéticos da arte, podendo ser tomados como elementos de constituição da identidade e da memória dos indivíduos que o produziram, revestido-se como testemunhos materiais da sociedade que os utilizaram, donde se observa a ocorrência de um processo de transformação conceitual do objeto, o qual na práxis museológica é denominado de musealização do objeto, conferindo-lhe o acesso a categoria de bem cultural, sendo que seu uso será outro que não aquele para o qual foram inicialmente concebidos e produzidos. Enquanto objetos úteis seu uso se caracteriza pelo emprego na satisfação de uma necessidade básica, como bem cultural o uso destes objetos tem como premissas a fruição e o usufruto afetivo as quais identifico como uma modalidade de consumo. O Soledade como bem cultural, integrante do patrimônio cultural nacional, estadual e municipal, se constitui em um desses objetos.

Todo o avanço conceitual, simbólico e semântico galgado pela expressão patrimônio cultural só se mantém pela manutenção da legitimação dada pela população, ou pelo menos parte dela, do local onde o bem esteja inserido sem a qual a institucionalização do patrimônio é apenas uma formalidade em si. Unilateral, órfã de um dos princípios basilares que devem nortear a política de preservação de nosso patrimônio histórico-cultural qual seja a cidadania cultural.

5. 1 – PERCEBENDO AS RELAÇÕES DE USO E APREENSÃO

No dia 15 de setembro de 2014 (segunda feira) apliquei a observação exploratória, um dos itens da metodologia utilizada para o levantamento de dados no Cemitério da Soledade, cujo objetivo foi identificar e entender os tipos de relações que ocorrem entre os cidadãos, natos e/ou os que estavam em trânsito na cidade de Belém, e que entraram no Soledade. Durante às 11 horas ininterruptas de observação direta no interior do cemitério da Soledade, estive posicionado ao lado direito da capela de frente para o portão de entrada do cemitério para, além de capturar imagens, também registrar, em caderno de anotações, a entrada de cada uma das pessoas que adentraram ao Soledade naquela data. Ainda que este tenha sido o dia em que permaneci por mais tempo no interior do Soledade, por estar determinado a contabilizar o número de visitantes e perceber a dinâmica estabelecida na relação das pessoas com o espaço, outras visitas se seguiram ao longo do trabalho culminando com os seguintes resultados. Antes, porém quero deixar registrada uma conversa informal que tive com a senhora Lurdes, 66 anos, no dia 08/08/2014. Até aquele momento eu ainda não tinha nenhuma informação fundamentada pelo Outro³⁴ que pudesse responder a minha curiosidade em saber: que outras motivações levavam a uma visita ao Soledade? Dessa conversa, destaquei alguns pontos da fala de Dona Lurdes:

- Motivação para a visita: Homenagem aos mortos, pois “meus bis avós estão enterrados aqui, só não sei onde é...”; devoção às almas;

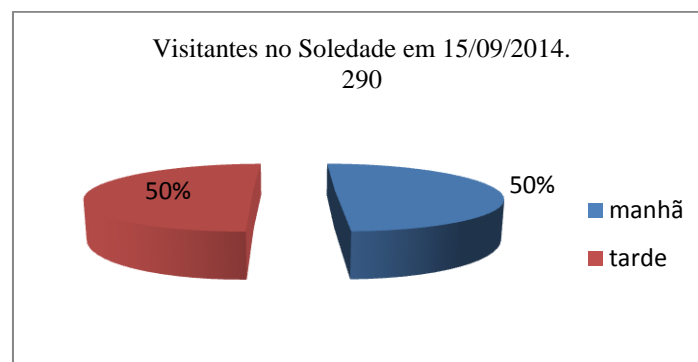
³⁴ O termo está sendo usado em seu sentido antropológico para designar a alteridade.

- Reconhece a importância do Soledade para a cidade e para si “principalmente a histórica”;
- Não entende “por que as pessoas que possuem sepulturas aqui, não podem cuidar delas?... acho que elas são as culpadas (pelo ar de abandono) por não fazerem nada”;
- Recusa entender a “lógica desse tal de IPHAN” por considerar “contraditória”;
- Diz que “a sociedade apagou de sua educação a palavra respeito”. Todas estas considerações restaram confirmadas com o resultado das observações verificadas no dia 15/09/2014.

- ❖ O Soledade só está aberto ao público nos dias de segunda-feira, nos demais dias só recebe visitantes agendados. Foi o que informaram o Senhor Francisco Brito e o zelador do cemitério.
- ❖ No dia 15 de setembro de 2014, das 07 horas e 15 minutos da manhã às 18 horas e 15 minutos da tarde, estiveram no cemitério da Soledade um total de 290 (duzentos e noventa) pessoas;

Deste montante, 144 (cento e quarenta e quatro) estiveram no cemitério pela manhã enquanto 146 (cento e quarenta e seis) à tarde;

FIGURA 27: Gráfico observação



Fonte : Acervo da pesquisa

- ❖ Das pessoas que entraram no cemitério durante o período de observação 121 (cento e vinte um) eram do sexo masculino e 169 (cento e sessenta e nove) do sexo feminino;

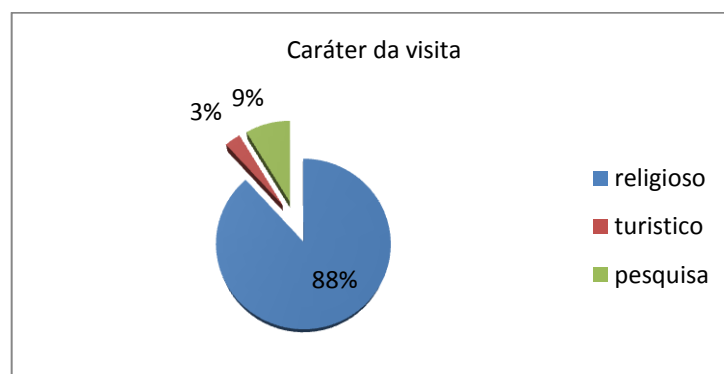
FIGURA 28: Gráfico observação



Fonte : Acervo da pesquisa

- ❖ Somente 34 pessoas visitaram o cemitério motivados por características não religiosas, destas 25 (vinte e cinco) eram alunos do curso de Comunicação do CESUPA e 09 (nove) demonstraram comportamento turístico;

FIGURA 29: Gráfico observação



Fonte : Acervo da pesquisa

- ❖ Subtraídas as 34 (trinta e uma) pessoas com outras motivações para estarem no cemitério, 256 (duzentas e cinquenta e seis) pessoas visitaram o cemitério por motivações de caráter religioso;
- ❖ A faixa etária dos frequentadores naquele dia ficou entre 18 e 80 anos. Esta informação está baseada na fala de dois dos visitantes que indaguei diretamente e que havia considerado como o mais jovem e o mais idoso que vi naquele dia; contudo a predominância foi de um público estimado entre 25 e 60 anos;
- ❖ Segundo o Reverendo Diácono Raimundo Brito, responsável pela capela existente dentro do cemitério, nos dias de segunda-feira são realizadas duas celebrações na capela, uma às 06:00 horas da manhã e outra às

o6:00 horas da tarde podendo haver alguma, pequena, variação nestes horários;

- ❖ O Soledade não dispõe de dispositivos que facilitem o acesso de pessoas com necessidades especiais ou com idade mais avançada. Ainda que construído em um contexto onde o conceito de acessibilidade, como entendido nos moldes de hoje, era impensável. O Soledade já faz jus a esta correção.
- ❖ O toque nos túmulos, objetos materiais da devoção, é uma prática que se revela como uma necessidade na relação do devoto com o santo. Esta prática é típica também em museus e se pode dizer que: onde a representação se utilizar da materialidade como suporte lá estará também a marca antropológica do toque.
- ❖ O entrar, permanecer e sair do Soledade não está ligado ao simples fato de frequentar determinado ambiente, mas constituem partes de um ritual praticado, principalmente pelo público motivado por devoção. O sinal da cruz é o ato mais presente nos momentos de entrada e saída, inclusive dos não devotos, contudo outros comportamentos são dignos de registro: Benzer-se várias vezes até a chegada ao cruzeiro; coordenar a oração com um movimento ininterrupto e alternado de braços que se elevam um pouco acima da cabeça; manter-se com o olhar de contemplação em direção ao túmulo do santo e estar, visivelmente, em outro lugar que não ali; manter-se com uma ou com as duas mãos encobrindo o rosto; manter-se com um dos braços elevados em direção ao cruzeiro ou ao túmulo do santo; oferenda de velas, água, pão, bolo, refrigerante, bombons, pipoca, fitas, vestuário, brinquedos, placas de agradecimento, elementos de representação religiosa como os terços, os santinhos de papel, fotografias, a cruz de madeira no túmulo cultuado como sendo da Escrava Anastácia; sair do Soledade andando de costas para a rua e fazendo o sinal da cruz acompanhado de uma pequena inclinação de tronco; realizar o mesmo procedimento anterior, adicionando o bater de palmas tanto do lado direito quanto do lado esquerdo do pórtico de entrada do Soledade. De certo devem haver muitos outros modos de comportamento devocional que minha sensibilidade não deu conta de alcançar ou que a limitação visual, imposta por barreiras materiais existentes no Soledade, me escondeu.

- ❖ Permanecer no cemitério não é uma prática que se revele como uma intenção dos que ali estiveram, logicamente o hábito de frequentar o cemitério, as segundas feiras, acaba por estabelecer uma relação de proximidade entre as pessoas que ali visitam, mas, esta proximidade não se converge em uma roda de conversas por exemplo. Existem os cumprimentos, as despedidas de conhecidos entre outros gestos que denotam certa familiaridade entre pessoas, contudo, parece não ir além disso. Embora exista o movimento de entrada e saída constantes não se percebe uma intenção de permanência a visita perdura o tempo necessário da obrigação a ser cumprida no interior do cemitério.
- ❖ Há uma característica muito evidente na devoção religiosa dedicada aos considerados Santos no Soledade, o fato de não estarem representados pelos túmulos e mausoléus mais ricos e suntuosos existentes no Soledade e sim pelas sepulturas mais simples e que estão mais ao fundo do cemitério, indicando uma possível identificação, empregada pelo devoto com a camada social do devotado. A exceção, no entanto, se observa na visitação e na devoção registrada aos túmulos do Menino Zezinho e da Preta Domingas que se encontram em meio aos mausoléus e monumentos da parte frontal e central do cemitério respectivamente. Vale ressaltar que, segundo o senhor Raimundo Brito, Reverendo Diácono responsável pelos cerimoniais religiosos que ocorrem na capela, existe uma dinâmica de substituição na devoção, expressa nos túmulos e/ou mausoléus. Ao longo do tempo, uns passam a ser devotados enquanto outros perdem as devoções a si dirigidas. Este é um dado muito pertinente quando se considera que as marcas da devoção podem denunciar tanto a permanência quanto a ausência da prática, pois ambas, se evidenciam na degradação da estrutura física provocadas pelo calor e nas manchas de cera encontradas nas sepulturas e/ou mausoléus, sendo possível avaliar se ainda persiste ou não a prática da devoção àquela memória. Destas considerações se pode depreender que existe uma função pré estabelecida pelo usuário, como uma espécie de auto organização, no usufruto dos túmulos e mausoléus do Soledade que, na atualidade, tem como representantes da devoção religiosa os túmulos mais humildes, a exceção já foi devidamente observada, enquanto aos mausoléus e

monumentos, está reservado o usufruto caracterizado pelas outras formas de fruição como o turismo e a pesquisa, acadêmica ou especializada, voltada á materialidade por exemplo.

- ❖ Um dos vendedores de velas é devoto das almas. Provavelmente ao postar-se diante do cruzeiro em característica de oração, aproveita o momento para agradecer o que conseguiu naquele dia de trabalho.
- ❖ Ao final do dia percebi que um casal, heterossexual, se maquiava por de traz de um tumulo. Vestidos ao estilo rock ou gótico – não perguntei – passaram a registrar o encontro fazendo fotografias tendo ao fundo o mausoléu conhecido como o “mausoléu da princesa” e no intervalo entre uma fotografia e outra, namoro.

No dia 02 de novembro de 2014 (dia de finados), estive no Soledade de 08h 00 às 11h 30, para realizar algumas observações quanto a visitaçãõ em um dia diferenciado pela institucionalizaçãõ de uma data especifica para homenagear os mortos. Meu principal objetivo foi fazer um paralelo entre a visitaçãõ que acontece toda segunda feira e o dia de finados, percebendo se há alguma diferença na relaçaõ que se estabelece entre este (Soledade) e os grupos sociais que o frequentam, especificamente, se há a relaçaõ da visitaçãõ familiar aos túmulos e mausoléus; se os frequentadores das segundas feiras estariam no local enfim, qual a atmosfera que se faz no Soledade em um dia dedicado aos mortos?

Quanto a presença de familiares descendentes dos mortos sepultados no Soledade, minhas expectativas se fizeram frustradas em função de que durante as 03 horas e 30 minutos, em que permaneci no Soledade, não percebi, em nenhuma das homenagens, das muitas que presenciei, a presença da relaçaõ familiar consanguínea. Digo frustradas, porque minhas expectativas almejavam uma aproximaçaõ maior com alguém com este perfil para colher informaçaões que poderiam enriquecer este trabalho. Ainda que exíguo o tempo dedicado a esta observaçaõ, as imagens, em foto e vídeo, registradas mostram as dimensões que motivam a visitaçãõ ao Soledade em dias de finados.

Certamente estavam no Soledade muitas das pessoas que o frequentam nas segundas feiras, reconheci algumas; as homenagens prestadas seguem as mesmas características da visitaçãõ normal; os túmulos mais procurados são daqueles mortos cuja memória já se inscreveu no sagrado; embora não se perceba

a aglomeração de pessoas no Soledade, o movimento de entrada e saída é intenso o que se traduz em uma visitação para além de modesta.

O que   indiscutivelmente marcante   a ratifica o do Soledade como um espaço com voca o ao culto religioso marcado pelo sincretismo em sua rela o muito intima com a mítica do sagrado. A missa realizada a partir das 10 horas da manhã, naquele dia, reflete bem esta tendência. Antes desta (missa) o ambiente estava caracterizado por uma dispersão das pessoas, após o seu inicio todos, com raríssima exce o, reuniram-se no local destinado a celebra o do ato ecum nico. Ainda que outras formas de pensar possam dar outra qualidade ao que, de modo geral, se reconhece por sagrado,   fato que a morte sempre será um campo de reflexão para o ser humano, independente de posi o social, religião, cor, etnia, ou qualquer outra coisa que o seja, a morte do outro(humano) sempre incomoda, ainda que muito intimamente, pois   uma renova o da certeza da própria finitude a qual, nesta parte do mundo, se fazem muitos esforços no sentido de ignorar. Contudo, na mesma propor o que o ser humano recusa a morte, ele   capaz de expressar gestos que gostaria que fizessem a si ou por acreditar que assim o farão. Pode ser alguma coisa com este sentido, que faz do Soledade um espaço de encontro com a reflexão, onde pessoas dispares em suas motiva es individuais, possam conviver socialmente mantendo conflitos, sempre presente nas rela es humanas, em outro espaço e tempo para discussão.

Pode-se deduzir das observa es efetivadas no Soledade que seu uso, predominante, consiste na reverencia aos mortos, praticada pelos visitantes, quer pela celebra o ao dia destinado a todas as almas o qual, conforme convenço religiosa,   celebrada todas as segundas feiras ou pela pratica de visita o a sepulturas onde estão os restos mortais de pessoas consideradas milagrosas e, portanto, tendo suas memórias veneradas como as de santos e/ou mártires como   caso do tumulo eleito para culto   memória da escrava Anastácia , do menino Inocêncio e do menino Zezinho, para citar alguns dos mais procurados, ou melhor, reverenciados. Existem também os santos an nimos que são homenageados, mas que ainda não se revelaram a um número expressivo de devotos.   valido ressaltar que a visita o ao cemitério não se restringe a seguidores de uma única denomina o religiosa sendo nítida a presença, no dia da observa o, de católicos, umbandistas, espíritas entre outros, usufruindo o espaço em um momento de respeito mútuo.

FIGURAS 30,31 e 32: Devoção



Fonte : Acervo da pesquisa

O cemitério também é compreendido(consumido) como um local de relevância para as diferentes disciplinas que compõem os campos científicos da Antropologia, da Arqueologia, da Arquitetura, da Arte, da Museologia, da Sociologia, da História, não sendo raro a presença de alunos acompanhados de professores em visitas guiadas e, ainda, a presença de pesquisadores que utilizam o local como referência para a pesquisa em suas áreas de atuação.

Outro uso(consumo) percebido no cemitério, refere-se a presença, mesmo que tímida, de turistas locais e interestaduais, como os que foram percebidos no dia escolhido para a observação do espaço. É válido ressaltar que, justamente por serem pouquíssimos, fui ter com estes com o objetivo de saber da motivação para visitarem o Soledade: Dois jovens declararam ter curiosidade em conhecer o espaço; um casal adulto percebeu o cemitério, ao retornar de um passeio na praça Batista Campos, resolveram entrar para conhecer o espaço; um outro casal adulto tendo como guia a esposa que é natural do Rio Grande do Norte, morou em Belém por alguns anos, casou-se e mora em São Paulo. Estando em visita a Belém do Pará resolveu mostrar o espaço ao marido.

A partir destas observações, fica evidente que uso(consumo) do cemitério da Soledade, como bem cultural componente do patrimônio cultural da cidade de Belém, é essencialmente o da celebração as almas e da memória de alguns mortos considerados santos. Ainda que sejam observadas as visitas destinadas a pesquisa científica e ao turismo, estas não sobressaem em comparação com o caráter religioso verificado como motivação para a visitação do espaço.

Esta reverencia memorial com características de devoção religiosa se reflete, principalmente, nos túmulos daqueles considerados milagrosos e no cruzeiro do cemitério onde é notória a movimentação durante todo o dia (segunda feira),

havendo uma substituição contínua de fiéis. Estes fiéis expressam sua devoção de diferentes formas, contudo, as mais comuns são as orações, preces, rezas, oferendas e a queima de velas, prática muito evidente e que provoca sérios danos ao patrimônio pois quando são queimadas diretamente na estrutura dos túmulos, dos mausoléus e do cruzeiro provocam a pulverização da argamassa, da alvenaria e das pedras que os compõem. Também causam danos quando queimadas sob as árvores, pois as chamas agriem tanto as raízes quanto o caule daquelas utilizadas como local de oferendas. Esta relação; esta apreensão; este consumo do patrimônio e as consequências deixadas pela prática dessas ações, evidencia um serio de conflito na oposição entre as práticas de preservação e de degradação(destruição) do patrimônio. No caso específico do Soledade impõe-se, a esta altura, um dilema: Como preservar o bem tombado, o patrimônio institucionalizado se o uso a si atribuído lhe é uma das principais causas de degradação?

FIGURAS 33, 34 e 35: Devoção e dano



Fonte das figuras 33,34 e 35: Acervo da pesquisa

As práticas populares de acender velas diretamente na estrutura dos túmulos, mausoléus e no cruzeiro, o amarrar de fitas nos ornamentos que compõem as sepulturas; o depósito de produtos comestíveis e de tantos outros objetos e/ou materiais tais como: madeira, plásticos, papéis, tecidos, etc..., escolhidos ao critério do imaginário e das crenças religiosas de cada indivíduo, ao mesmo tempo que compõem os ritos da devoção ou substanciam a homenagem, são também causas da aceleração da destruição patrimonial. Aqui existe a necessidade de uma tomada de atitude no sentido de, efetivamente, preservar o Soledade.

FIGURAS 36, 37 e 38: Devoção e dano



Fonte das figuras 36, 37 e 38: Acervo da pesquisa

Durante minhas observações no Soledade, pude perceber que o zelador é a pessoa responsável por manter uma ação de fiscalização em relação à prática de acender velas na estrutura dos túmulos, nos mausoléus, contudo seu esforço é vão pois independente de seus apelos, as pessoas continuam a acender velas sobre as sepulturas e nos degraus, já destruídos, do cruzeiro.

FIGURAS 39 e 40 Devoção e dano



Fonte das figuras 39 e 40: Acervo da pesquisa

Não há, efetivamente, uma administração no cemitério, sei da existência de um(a) servidor(a) responsável por gerir o funcionamento do espaço, não consegui encontrá-lo(a) no local. É nítida a ausência de uma administração sistêmica e setorizada para dar suporte aos frequentadores (consumidores) do Soledade, organizando e gerenciando as demandas de suas necessidades que, dentre tantas, não conta, se quer, com um serviço de segurança e vigilância.

Como forma de organizar os usos(consumos) percebidos e/ou atribuídos ao Soledade proponho aqui agrupá-los em categorias para que sejam visualizados e entendidos, cada um, em sua especificidade. Este agrupamento servirá como um facilitador no sentido de sintetizar de forma sistêmica a percepção destas ocorrências e relações que podem, perfeitamente, estarem sendo negligenciadas por um olhar menos cuidadoso em relação ao “fato museal”³⁵ Soledade. Entretanto, este agrupamento não se pretende fechado ou que seus itens não possam pertencer, ou mais ainda, transitar em mais de uma das categorias estabelecidas, o que apresento está diretamente ligado a minha própria subjetividade e, portanto, passivo de outras interpretações quando experimentado por outras sensibilidades e objetivos de estudo de cada nova investigação em particular. Por agora e em função das observações implementadas no interior do Soledade os resultados podem ser classificados como se segue:

5.1.1 - Usos vocacionais

- ❖ Todos os de caráter de devoção religiosa (sincretismo).
- ❖ As funções de monumento, memorial e histórica.
- ❖ O turismo (local, regional, nacional, internacional).
- ❖ A pesquisa multidisciplinar.
- ❖ Sociabilidade.

5.1.2 - Usos intermediários

- ❖ O entretenimento e o lazer.
- ❖ A fruição.
- ❖ O comércio de velas, água, fitas etc...
- ❖ Intervenções artísticas.
- ❖ Ponto de apoio aos garis que trabalham no entorno do Soledade.
- ❖ Colher e catar mangas.

³⁵ Nome dado por Waldisa Rússio à relação entre o homem, sujeito conhecedor, com o objeto, parte da realidade também integrada pelo homem e sobre a qual ele tem poder de agir.

5.1.3 - Usos indevidos

- ❖ Furto e dano de peças.
- ❖ Violação dos túmulos e mausoléus.
- ❖ A guarda de materiais de terceiros dentro dos mausoléus.
- ❖ A queima de velas.
- ❖ As estruturas de madeira construídas ao lado da capela e ao fundo do Soledade.

A importância na demonstração de todos estes 16 itens é a característica que possuem para evidenciar uma rotina de apreensão; vivência; afeto; e até mesmo a presença de uma sensação de abandono que ratificam a existência de uma reciprocidade na relação entre o Soledade e a sociedade, ou os grupos, sociais que o consomem ainda que estas relações lhe sejam prejudiciais em muitos dos casos.

Daí decorre a necessidade de se considerar a criação de uma logística administrativa que funcione dentro do próprio Soledade, com alguma autonomia financeira aliada a poderes de decisão, composta por profissionais com capacitação em competências que garantam o gerenciamento de instituições que se ocupem do patrimônio, dotados da habilidade para mediar tanto as representações do patrimônio material quanto as do patrimônio imaterial, ambos latentes no Soledade.

Ainda que eu não escrevesse a palavra degradação (destruição), este é um conceito mais que evidente no Soledade. Embora não seja o foco da discussão, é impossível negá-lo sob pena de excluir sua intervenção na escolha do Soledade como espaço cultural e seus túmulos e mausoléus como um objeto de fruição apto a um consumo menos restrito ao culto religioso, a devoção e homenagem aos mortos. Pelo menos é o que revela a metodologia utilizada para a colheita de dados que substanciam este trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o caráter exploratório da pesquisa implementada na construção deste trabalho, os resultados obtidos indicam que o Cemitério da Soledade é reconhecido pela sociedade belenense como uma das representações do patrimônio cultural da cidade de Belém do Pará, sendo minimamente tomado como uma referência de memória ou identidade individuais. Este patrimônio possui formas especiais, como potencialidade de uso/consumo, que estão evidenciadas pela maneira como o público que o frequenta se relaciona com o espaço sendo estas formas: o cumprimento de ritos devocionais sincréticos, as funções de monumento reivindicadas por uma memória histórica e uma identidade geográfica, a exploração turística, a pesquisa multidisciplinar, a sociabilidade e a homenagem aos mortos.

Estas formas sinalizam para uma maneira muito individual de consumir, pois estão diretamente ligadas à memória e a identidade, presente em cada indivíduo, e, ainda que a memória cultural e a identidade sejam vistas como construções sociais, o uso que se faz de cada uma delas é determinado pelo indivíduo que as aciona em uma conveniência particular. Deste modo o Soledade, enquanto patrimônio cultural, é compreendido como um símbolo, cujo significado se evidencia pela representação do sagrado, que se efetiva especificamente pelos ritos devocionais e pela homenagem aos mortos praticados no interior do cemitério.

A partir da análise dos dados colhidos se pode inferir que o Soledade possui como atrativos mais evidentes para a formação e a ampliação de público consumidor de cultura: uma maior exploração de suas características históricas, monumentais, artísticas e religiosas, sinalizando para a necessidade de investimentos em projetos de educação patrimonial que visem a formação de agentes multiplicadores e que reflita o patrimônio cultural não apenas de maneira generalizada, mas e principalmente, nas especificidades que compõem o corpo complexo de um cemitério enquanto bem cultural e conseqüentemente como patrimônio.

A complexidade a que me refiro, e que se faz evidente no Soledade, se manifesta na mentalidade e no comportamento que a sociedade local mantém com o evento morte que podem ser ratificados pelas transformações ocorridas nas formas como, esta mesma sociedade, se relaciona com os velórios, os sepultamentos, a reverência ou a homenagem a seus mortos evidenciando uma tendência de

distanciamento entre os cidadãos e o espaço cemiterial que, nos dias atuais, têm por costume, uma relação de visitas esporádicas e em dias específicos marcados pelo caráter religioso, pois morte e sepultamento além de serem temas tratados do ponto de vista do sagrado tendo no corpo a parte física e na consciência a parte abstrata do indivíduo. São também temas que tendem a serem evitados pela sociedade, fazendo com que seja acionado o esquecimento como estratégia de refúgio contra a dor e a certeza do inevitável. Todos morreremos.

A tentativa de vincular o cemitério da Soledade a ideia de produto cultural para uso/consumo regulado por uma lógica de mercado, onde o espaço cemiterial pudesse ser tomado como local destinado ao desfrute e a implementação de ações voltadas para suprir as necessidades de lazer e de entretenimento do indivíduo, se mostrou severamente comprometida em função de que, por se tratar de um cemitério, o comportamento das pessoas, ao entrarem no Soledade, se distancia do que se costuma ter por diversão ou descontração, significados mais imediatos ao que se tem por lazer e/ou entretenimento. Entretanto se a apreensão do Soledade se efetivar como um consumo de símbolos, a experiência se torna mais viável e do ponto de vista mais ortodoxo, aceitável considerando que interpreto os usos e as apreensões, que consegui captar no Soledade, a partir da ideia de um consumo cultural e social, diferente do ato aquisitivo que sugere posse e uso até o esgotamento, enquanto que o uso/consumo cultural e social se efetivam pela fruição, pela apropriação patrimonial e pela possibilidade de conversão em uma escolha identitária de caráter individual, em nada comparado com o modismo. Uma relação que esta para além do simples ato de comprar.

Diante de toda esta complexidade, como fomentar uma relação de fruição entre o Cemitério da Soledade e um público que não seja necessariamente o público que já o frequenta hoje? Uma primeira opção já foi posta, o investimento em educação patrimonial com implementação de oficinas, mini-cursos, palestras entre outras formas de acesso ao patrimônio cultural. Contudo isto só não basta. A metodologia adotada para a geração de dados deixou clara a necessidade de uma ação política madura e profissional, por parte do poder público, no sentido de considerar a criação de uma logística administrativa que funcione dentro do próprio Soledade, com alguma autonomia financeira aliada a poderes de decisão, composta por profissionais com capacitação em competências que garantam o gerenciamento

de instituições que se ocupem do patrimônio, dotados de habilidade e de sensibilidade para mediar tanto as representações do patrimônio material quanto as do patrimônio imaterial, ambos latentes no Soledade.

Uma administração institucionalizada nos moldes aqui proposto estaria mais apta a combater uma evidente sensação de abandono a que esta submetido o Soledade. A degradação e a destruição, são conceitos mais que evidentes naquele espaço e, ainda que discutir esta questão não tenha sido a intenção maior neste trabalho, é impossível negá-los sob pena de excluir suas intervenções na escolha do Soledade como espaço cultural, seus túmulos e mausoléus como objetos de fruição aptos a um consumo menos restrito tanto de seu público cativo quanto ao consumo por um público a ser instigado a usufruí-lo. É justamente o fato de se ter constatado a existência uma rotina de apreensão; vivencia; afeto; e até mesmo a presença de uma sensação de abandono, que ratificam a existência de uma reciprocidade na relação entre o Soledade e a sociedade, ou os grupos, sociais que o consomem ainda que estas relações lhe sejam prejudiciais em muitos dos casos. Estas são, portanto, qualificadoras que indicam uma intervenção positiva no sentido de diminuir a tendência de distanciamento entre público consumidor de espaços culturais institucionalizados e o Cemitério da Soledade enquanto bem cultural com aspirações à visitação aberta.

REFERENCIAS

ARIES, Philippe. **O homem perante a morte**. Trad. Ana Rachaça. Portugal: Ed. Europa América, 1977.

As experiências de consumo na perspectiva da teoria da cultura do consumo: identificando possíveis. Marcelo de Rezende Pinto; Jose Edson Lara CADERNOS EBAPE. BR, v. 9, nº 1, artigo 3, Rio de Janeiro, Mar. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em Mercadorias; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2008.

BOURDIEU, Pierre, **A economia das trocas simbólicas**; introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museu e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904, acessado em 11/12/2014 às 13h 40.

BRASIL. **Decreto Legislativo Nº 71, de 28 de novembro de 1972**. Aprova a Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e Impelir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades ilícitas dos Bens Culturais, concluída em Paris a 14 de novembro de 1970. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72312.htm, Acessado em 11/12/2014 às 13h 52.

BRASIL. **Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm, acessado em 11/12/2014 às 13h 40.

BREFE, Ana Claudia Fonseca / **O Museu Paulista**: Affonso de Taunay e a memória nacional 1917 – 1945 / São Paulo: Editora UNESP 2005.

BRUNO, M. C. O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.** São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Vol.1

CARNEIRO, Maristela. **“Quando o silêncio se rompe”:** Cemitério Municipal São José, Ponta Grossa (1881-2007) Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v.1, n.1, jan./jul. 2010, p.167-177.

Câmara Municipal de Belém. **Lei Municipal nº 7709, de 18 de maio de 1994 Belém.** Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Belém e dá outras providências. Disponível em <http://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/583044/lei-7709-94>, acessado às 14h14, 11/12/2014.

CÂMARA, **Legislação sobre patrimônio cultural** [recurso eletrônico]. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 349 p. – (Série legislação ; n.92) Disponível em <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/legislacao-sobre-patrimonio-cultural>, acesso em 11/ 12/2014 às 14h 50.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade.** Tradução Maria Leticia Ferreira – São Paulo: Contexto, 2012.

Cultura, consumo e identidade/ Org. Livia Barbosa, Colin Campbell – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural.** Estudos avançados, v. 9, (23) 1995.

DESVALLÉES, André Desvallées e François Mairesse. Conceitos-chave de Museologia, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo : Secretaria de Estado da Cultura, 2013.100 p.

DURKHEIM, Emile, **As regras do método sociológico;** tradução Paulo Neves. 3ª edição; São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EAGLETON, Terry; **A ideia de cultura** / Tradução Sandra Castelo Branco 2ª edição – São Paulo: Unesp 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário escolar da língua portuguesa 2ª ed. 2011.

GIACOIA JÚNIOR, Osvaldo. **A visão da morte ao longo do tempo**. Medicina (Ribeirão Preto) 2005; 38(1): 13-19.

HOBBSAWN, Eric e Terence Ranger(org). **A invenção das tradições**; tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Los sacrosantos concilios – Generales y particulares tomo II, 1793, p 372. Disponível em http://books.google.com.br/books/about/Los_sacrosantos_concilios_generales, acessado em 11/12/2014 às 15h 16.

Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos / Regina Abreu e Mario Chagas (orgs.) 2ª edição – rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. São Paulo. Nova Fronteira 1986.

NOVA, Henrique Sá da. **Da cultura como mercadoria, ao consumo como prática cultural**. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras UFBA vol. 1. n1. Bahia 2007, p 57, 65.

O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. Antonio A. Arantes: Resgate, revista interdisciplinar de cultura nº 13 2004. Centro de Memória UNICAMP.

Políticas culturais: teoria e práxis de Lia Calabre. – São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

Poulot, Dominique. **Museu e Museologia**; tradução João de FreitasTeixeira. Belo

Horizonte: Autêntica Editora, 2013

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebre e revolta popular no Brasil do Século XIX. São Paulo Companhia da Letras 1991.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **Notas sobre a dualidade entre “alta” e “baixa” culturas no campo cultural brasileiro**. Idéias|Campinas (SP)|n. 7|nova série|2º semestre 2013, p 45,63.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Repensando o Museu Integral**: do conceito às práticas. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. v. 7, n. 1, Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum. v. 7, n. 1. Belém, jan.-abr. 2012. p. 15-30.

SCHARER, Martin. **La relation homme-objet exposée**: théorie et pratique d'une expérience muséologique. *Publics et musées*, n15, 1999, p 31, 43. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pumus>, acessado às 22h 30, em 08/12/2014.

TASCHNER, Gisela. **Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais**. Ciências Sociais Unisinos, Vol. 46, N. 1, jan/abr. São Leopoldo, 2010